

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ESCOLA DE DIREITO NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

MONOGRÁFIA JURÍDICA

**O IMPACTO DA CORRUPÇÃO A EFICÁCIA DA LEI 11.438(LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE).**

ORIENTANDO: BRUNO NEVES LIRA

ORIENTADOR: PROF. JOSÉ EDUARDO BARBIERI

GOIÂNIA 2021

**O IMPACTO DA CORRUPÇÃO A EFICÁCIA DA LEI 11.438 (LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE).**

Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS).

Prof. Orientador: José Eduardo Barbieri

GOIÂNIA 2021

**O IMPACTO DA CORRUPÇÃO A EFICÁCIA DA LEI 11.438(LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE).**

Data da Defesa: 27 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. José Eduardo Barbieri Nota

Prof. Eufrosina Saraiva Silva Nota

A metodologia aplicada neste estudo tem como objetivo, a análise do impacto causado pela corrupção na lei de incentivo ao esporte, bem como, usar de argumentos e dados para um melhor entendimento de como esse problema está relacionado com a dificuldade de uma melhor e mais justa distribuição da verba federal em todo território nacional. O estudo relacionará a importância da aplicação da lei, bem como, sua efetividade na qualidade de vida humana, seus benefícios, e seu papel primordial na inclusão social de brasileiros de diferentes classes e grupos sociais, ressaltando sua principal característica constitucional fundamental, o acesso a prática de esporte promovida pelo estado democrático de direito na constituição de 1988.

INTRODUÇÃO............................................................................................ 9

**1.** ORIGEM LEGISLATIVA DA LEI 11.438.................................................... 12

**1.1** NEGATIVA CONTRIBUIÇÃO DA BUROCRACIA PARA O DESENCADEAMENTO DA CORRUPÇÃO NA LEI 11.438........................ 13

**1.2** CENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DA LEI NOS GRANDES CENTROS URBANOS................................................................................. 18

**2.** DISTRIBUIÇÃO DA VERBA FEDERAL................................................... 22

**2.1** BUROCRACIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS......................... 23

**2.2** DISTRIUIÇÃO DA VERBA PARA ATLETAS PARALÍMPICOS............. 24

**2.3** DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NOS INTERIORES BRASILEIROS............................................................................................. 26

**2.4** LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NO ESPORTE........... 27

**2.4.1** TRANSPARÊNCIA NA COMPRA DE APARELHOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES............................................................................................ 28

**2.4.2** TRANSPARÊNCIA POR PARTE DOS ATLETAS............................... 29

**2.5** ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE....... 30

**2.5.1** FALTA DE INVESTIMENTO NO ESPORTE........................................ 31

**2.5.2** INCORPORAÇÃO AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA......................... 32

**2.5.3** INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO A PRÁTICA DE ESPORTES DE PESSOAS IDOSAS...................................................................................... 33

**2.5.4** MAIOR RECONHECIMENTO DO MINISTERIO AOS ESPORTES ELETRÔNICOS............................................................................................ 34

**3.** CONTRIBUIÇÃO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.................................................. 36

**3.1** ARTIGO 217 CONSTITUIÇÃO FEDERAL.............................................. 36

**3.2** ARTIGO 6 CONSTITUIÇÃO FEDERAL.................................................. 38

**3.3** PRINCÍPIOS DESPORTIVOS................................................................. 40

**3.4** DOUTRINA............................................................................................. 42

**3.5** CONTRIBUIÇÃO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE NA INCLUSÃO SOCIAL......................................................................................................... 43

**3.5.1** DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..................................................... 43

**3.5.2** DE EX-PRESIDIÁRIOS...................................................................... 46

**3.5.3** DE REFUGIADOS............................................................................... 48

**3.5.4** DA COMUNIDADE LGBTQIA+.......................................................... 49

CONCLUSÃO............................................................................................... 51

REFERÊNCIAS............................................................................................ 53

# INTRODUÇÃO

Criada em 2006 para estimular a prática de esportes em todo o território nacional, a lei de incentivo ao esporte se mostra extremamente importante em vários aspectos, principalmente sociais em um país tão carente de recursos.

Não é surpresa que a prática de atividades físicas é extremamente importante para o nosso corpo e para nossa qualidade de vida. Segundo André M. Coelho (online, acessado 01/04/2021), a prática de esportes ajuda a reduzir o estresse, é fundamental para prevenir e controlar doenças cardíacas, diabetes tipo 2 e câncer, bem como na redução dos sintomas de depressão e ansiedade, reduz o declínio cognitivo, melhora a memória e exercita a saúde do cérebro, e em tempos onde pessoas são cada vez mais cobradas por resultados em um mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo e na atual situação nosso país e do mundo onde passamos por uma pandemia, praticar esportes pode ajudar a diminuir os níveis de estresse que esse momento tão difícil nos causa.

A atividade física pode melhorar também a autoconfiança de quem a pratica, melhorando a autoimagem positiva, elevando a autoestima e ajudando na prevenção de um mal que se mostra cada vez mais perigoso, a depressão, bem como no combate de muitas outras doenças.

A lei de incentivo ao esporte desempenha também um papel importante na educação e na formação do estudante e de quem pratica atividades físicas. Uma lei que facilita a prática de esportes pode beneficiar na disciplina de quem pratica, ajudando no desenvolvimento de atividades em grupo, uma vez que aprendendo a trabalhar em grupo os resultados seja no esporte, na escola ou até mesmo em casa, podem apresentar grandes evoluções na vida da pessoa. O desenvolvimento de novas habilidades também é um grande benefício que a lei proporciona por meio da prática de atividade física, a prática ajuda no desenvolvimento do sentimento de liderança de um indivíduo, um espírito motivacional em certos momentos e lugares ajuda também no desenvolvimento de outras pessoas fazendo com que na escola ou no trabalho o coletivo pode ser o principal beneficiado.

A lei pode influenciar no crescimento econômico do país, segundo Luiz Cunã (online, acessado 01/04/2021), o valor das práticas esportivas para um país vai muito além do esporte propriamente dito.

Nos últimos anos tem sido cada vez maior as evidências de que o esporte tem proporcionado uma ampla variedade de benefícios, especialmente no crescimento econômico e no bem-estar social. A prática de esportes pode ajudar na prosperidade econômica, proporcionando diversas oportunidades de emprego, contribuindo também para uma melhor qualificação profissional do praticante e na formação de atletas, proporcionando uma melhora na qualidade de vida do profissional ajudando a diminuir um grande problema que é a desigualdade social.

Poder contar com a lei de incentivo ao esporte na prevenção da delinquência juvenil, é uma forma de preservar jovens principalmente de comunidades e de classes sociais baixas. Em um país onde oportunidades profissionais para jovens menos favorecidos estão cada vez mais escassas, o esporte pode desempenhar um papel de esperança.

Lugares onde o consumo de drogas e álcool são excessivos e o tráfico de organizações criminosas dominam, a ilusão de poder e dinheiro fácil que esse problema pode passar para esses jovens, ocasionam um aumento desse problema, e projetos sociais nesses lugares como os trabalhos feitos pelo instituto Gabriel Medina, instituto Neymar Júnior entre outros, visam principalmente a prática de esportes e a inclusão social, representam uma outra realidade a quem não tem muitas escolhas para seu próprio futuro, contribuindo na queda dos índices de criminalidade e do consumo e tráfico de drogas.

A contribuição de projetos em comunidades e periferias, futuramente contribuem muito para a revelação de grandes atletas, observando que a grande maioria dos grandes esportistas nacionais saíram desses lugares e por conta do incentivo puderam mudar de vida e ajudar o país em grandes conquistas internacionais.

O esporte na vida de pessoas com deficiência tem grande contribuição na ajuda da reabilitação e inclusão social dessas pessoas. Seja ela mental ou física a deficiência acaba limitando em suas práticas esportivas e afazeres do dia a dia, e o incentivo a deficientes para que pratiquem atividades físicas é um importante fator no desenvolvimento do deficiente, contribuindo para sua autossuficiência, levando com que essas pessoas tenham uma maior independência e participação na comunidade.

De acordo com a associação brasileira de desportos de deficientes mentais (ABDEM), a prática esportiva possui historicamente, um papel fundamental na inclusão social. Ainda de acordo com a associação, no Brasil cerca de 25 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, que muitas vezes, encontram no esporte as oportunidades que lhes faltam em outros setores da sociedade.

A contribuição do esporte na vida das pessoas com deficiência, tem grande importância pois contribui além da melhora na saúde física, a partir do condicionamento cardiorrespiratório, aprimoramento motor, aumento de força, equilíbrio, agilidade e principalmente na socialização do ser humano.

Segundo Humberto Siqueira Nogueira (online, acessado 01/04/2021), renomado paraquedista brasileiro, o esporte vem se tornando cada vez mais inclusivo a partir da disseminação de práticas que contemplam indivíduos com as mais diferentes condições físicas, incluindo as pessoas com deficiência. Afinal, durante a prática de esportes em grupo, o atleta tem a oportunidade de conviver em grupo, fazer trocas saudáveis e colaborar com uma equipe ganhando sentimentos de pertencimento e aceitação. De forma geral a prática esportiva contribui para a autoestima e autoconfiança de qualquer indivíduo, mas para as pessoas com deficiência, especialmente, o esporte representa o enfrentamento de barreiras ainda mais desafiadoras, sejam elas limitações físicas ou cognitivas.

Um grande marco que representa a importância do incentivo nas práticas de atividades físicas para pessoas com deficiência são as paraolimpíadas, evento onde o nosso país tem se destacado e vem conquistando cada vez mais medalhas e colecionando títulos, sendo exemplo para que pessoas com deficiências não se limitem e pratiquem atividade física.

O incentivo ao esporte alcança também problemas psicológicos de um ser humano ja que a prática de atividades físicas em geral, em especial o esporte tem uma ajuda também em um dos grandes maus do nosso século, a ansiedade e a depressão.

Estimulando o corpo o indivíduo reduz os níveis de ansiedade, amenizando os sintomas e promovendo uma sensação de bem-estar e conforto.

Segundo o psiquiatra Fernando Verçosa (online acessado 01/042021), a atividade física regular ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade ajustando a liberação de neurotransmissores. A liberação de da serotonina no organismo, em especial, ganha destaque, visto que esse é o neurotransmissor responsável por garantir a sensação de felicidade e prazer.

É cada vez mais comum em nossa sociedade, pessoas de todas as idades, desenvolverem ansiedade e depressão, dessa forma a atividade física por meio da lei de incentivo ao esporte, sendo uma garantia constitucional fundamental prevista na constituição de 1988, tem uma significativa importância, haja visto que com a prática de esportes, o indivíduo melhora seu bem-estar, sua convivência social, saindo de uma zona onde se sente desconfortável, para um bem estar que terá grande importância no seu tratamento.

**1.1 ORIGEM LEGISLATIVA DA LEI 11.438**

A lei de incentivo ao esporte foi publicada em 29 de setembro de 2006 e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de lei foi apresentado por Bismarck Maia, deputado federal pelo Ceará entre 2003 e 2007. Em seu texto de justificação o autor da proposta resgatou o artigo 217 da constituição federal.

A lei de incentivo ao esporte tem como seu principal objetivo a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela de seu imposto de renda em benefício de atletas e projetos desportivos, de entidades devidamente aprovadas pela comissão técnica do ministério do esporte.

Neste trilho temos os incisos I e II do parágrafo 1º da lei :

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para que seja efetivado o principal objetivo que é o incentivo ao desporto é preciso que haja uma relação entre três setores sociais, sendo eles o estado como primeiro setor e principal impulsionador para que todos os dispositivos legais sejam cumpridos, sua soberania e responsabilidade para criar o benefício fiscal por meio de lei, bem como em fiscalizar todas as ações feitas por tais instituições para que não haja irregularidades e que a corrupção não possa se propagar no meio do desporto, com pedaladas fiscais e lavagem de dinheiro bem como o uso de empresas fantasmas para beneficiar terceiros de algo que deveria ser de usufruto da sociedade, sua análise técnica por meio do ministério do esporte para que uma certa e rígida inspeção de quem se compromete a beneficiar por meios fiscais a lei e a aprovação para que todos os trilhos legais e o começo dessa parceria entre estado e instituições seja efetivado.

O segundo setor sendo iniciativa privada que tem como função principal a injeção de capital no meio desportivo para que possam usufruir de benefícios fiscais oferecidos através da lei, tudo na rígida legalidade e aprovação do estado.

O terceiro que são as associações sem fins lucrativos na responsabilidade de serem as proponentes do projeto, serão as responsáveis por cuidar da verba oriunda dos incentivos fiscais bem como sua distribuição para que ocorra uma divisão justa e um trabalho bem feito em todo o território nacional que a lei de incentivo estiver.

Neste sentido Leciona José Ricardo Rezende (online, acessado 01/06/2021):

 Diante da relação complexa decorrente do envolvimento desses três setores sociais, cujas premissas e cultura organizacional naturalmente se assentam em bases distintas, é preciso que haja um trabalho de articulação das partes, promovido pelo condutor do processo (proponente), de modo que além de suas expectativas, consiga atender aos demais setores (governo e apoiadores), e dessa fusão de interesses legítimos se opere a viabilidade do projeto. Por outras palavras, o proponente, que inicia o ciclo de relações e interage perante o governo e os apoiadores, deve ter habilidade para identificar demandas de interesse mútuo (relevantes) e, nesta edição, elaborar e propor projetos que sejam factíveis à sua realidade e capacidade de ação, atento às formalidades legais, buscando com isso sua aprovação integral perante o governo (Comissão Técnica); de outro lado, precisa identificar apoiador (es) que valorize (m) atributos que marcam o projeto, notadamente pelo apelo de marketing esportivo ou de responsabilidade social.

O interesse mútuo dos três setores é de suma importância para que o incentivo seja realmente aplicado de maneira rígida e correta em todas as classes sociais, principalmente naquelas que mais dependem de incentivo fiscal. O trabalho e empenho de todos para que a relação não possa ser afetada por causa da enorme e negativa contribuição que a corrupção trás, a todos os meios que é envolvida, e deve ser combatida com toda força e meios legais para que ninguém possa tirar proveito da lei que possa ser remetida ao futuro do desporto brasileiro.

**1.1 Negativa contribuição da burocracia para o desencadeamento da corrupção na lei 11.438**

A burocracia brasileira tem papel importante no processo de elaboração, implementação, monitoramento e controle de políticas públicas, e na lei de incentivo ao esporte isso não seria diferente, na relação entre políticas públicas e sociedade a burocracia desempenha um importante papel de ator político, agentes públicos impõe enormes dificuldades para que a verba federal possa ser distribuída e dificultam também o acesso dos atletas aos locais de prática de esporte. Todo esse transtorno burocrático não só na esfera esportiva mas em todas em que o estado representa.

Impondo medidas duras para o acesso dos atletas a verba federal e com todo esse transtorno muitos chegam a desistir de contar com o benefício, e é aí que entra um dos papéis da corrupção, a verba que não foi usada devido á grande dificuldade em acessá-la acaba nas mãos de burocratas que desviam e tiram proveito da verba federal que poderia estar sendo usada em benefício do país e do desporto.

Geralmente esses burocratas assumem cargo devido a favores políticos, pessoas totalmente despreparadas e que não entendem nada sobre o que fazer com a verba destinada ao esporte, prejudicam a efetividade e os benefícios que a lei trás, por isso, uma avaliação rígida e técnica do Ministério do esporte é tão importante, a escolha de pessoas com altos níveis de conhecimento e que sejam honestas para esses cargos é de suma importância, pois, através do conhecimento técnico de quem exercer função de um servidor público fazendo uma boa distribuição da verba, a lei só tem a ganhar.

neste mesmo pensamento, Larri Passos para o site globo.com (online, acessado em 01/06/2021) desabafa sobre a burocracia em conseguir recursos no Brasil:

- Os projetos estão acabando, tudo. O Ministério dos Esportes tem muita burocracia, então estamos praticamente desistindo. Com o Ministério dos Esportes no século 21 e trabalhando como no século 14, não dá. Tu vê muito dirigente tomando vinho, champanhe, e tu dentro da quadra fazendo o trabalho mais duro, que é formar um atleta. Os anos vão passando, eu tenho uma certa idade também, tenho família, tenho filhos, e o assistencialismo não existe mais, tu tem que ser remunerado, tem que ser pago. Infelizmente, o Brasil está no caminho errado.

Em todas as modalidades a burocracia está presente, desde o futebol ao tiro ao alvo a burocracia dificulta a compra de equipamentos para os atletas, desde a escolha dos materiais, até a abertura do processo de licitação para a escolha das empresas que irão fornecer o material esportivo, todo esse processo pode levar meses ou até anos para que seja concretizado, prejudicando quem depende de materiais específicos para competir e não tem condições de arcar com as custas do equipamento.

A corrupção se faz presente também nos processos de licitação para a escolha de materiais, construções de locais para a prática de esportes e etc. Subornos, superfaturamento de contratos no decorrer desse processo é um problema recorrente e que acaba muitas vezes justificando a demora da sua finalização.

Para que gerações futuras possam ter acesso a todos esses benefícios que a lei trás, é preciso começar no presente uma mudança de ações e pensamentos, a ideia do "jeitinho brasileiro" tem prejudicado em todas as gerações quem depende das ações do estado para receber alguns benefícios, o estado centralizou todo o seu poder, e com isso a burocracia também aumentou, e quanto mais burocracia mais corrupção.

O Brasil já é um país marcado internacionalmente pela corrupção, e o que aconteceu em 2016 só reforçou ainda mais essa ideia, grandes dirigentes no esporte e políticos que ao invés de investir no desporto brasileiro, impõe uma tremenda burocracia para o sucesso dos atletas, foram pegos em um grande escândalo de corrupção por compras de voto para que o pais pudesse sediar as olimpíadas, um duro golpe que manchou ainda mais a imagem do Brasil e gerou desconfiança internacional em tudo o que o pais fosse sediar, o sucesso que o Brasil obteve em sediar as olímpiadas no Rio de Janeiro foi uma grande mentira, seus dirigentes foram impedidos de deixar o país, e a reação dos atletas e da mídia internacional foi imediata.

A indignação de quem se prepara por anos para o evento, sofre com a dificuldade que a burocracia para conseguir recursos trás, e depois descobre que tudo foi uma armação é algo realmente revoltante, é revoltante ver que a corrupção frusta algo que depende do esforço individual de cada um e no final de tudo ter a sensação de tudo tem sido um verdadeiro roubo, ao ver seus projetos fechando as portas por falta de recursos e seus recursos sendo usados para fins de corrupção com a compra dos votos.

De acordo com o jornal EL PAÍS Mais de 40 Bilhões de reais foram usados para custear as olímpiadas do rio 2016, foram dadas isenções fiscais para que empresas privadas pudessem organizar a olimpíada, e essas empresas foram usadas para fraldas contratos de licitações bilionários com o estado em favor de seus negócio, e após a operação “unfair play” ter descoberto essa organização criminosa, todo esse escândalo veio a tona, O então governador do estado do Rio de Janeiro e o então chefe do comitê organizador das olimpíadas eram os chamados cabeças de toda essa organização corrupta, que fraldou, comprou votos e manchou ainda mais a imagem do Brasil.

Esse escândalo é só mais um que é referido a chamada velha política brasileira, que sempre dominaram a máquina pública e fizeram dela um verdadeiro pote de ouro onde podem usufruir do dinheiro público desviado. Muitas das dificuldades impostas são desses velhos tempos onde tudo já se foi pensado para que certos nomes pudessem controlar os recursos federais, mas operações como essas se fazem importante para que a impunidade desses velhos nomes não possam terminar sempre “em pizza” como já é historicamente de costume acontecer com todos os escândalos de corrupção que aconteceram no Brasil e que ainda acontecem, e o esporte sendo uma das grandes paixões do brasileiro acaba sendo uma das opções para quem deseja atrair investimentos e se beneficiar desviando em favor de si próprio a verba federal.

Como falar em olímpiada de 2016, sem falar no que aconteceu dois anos antes, a copa do mundo de 2014, que se tornou um show de desvio de dinheiro público e corrupção de várias frentes políticas e que no final de tudo resultou no maior vexame de história de brasil se tratando de competições. Mas o verdadeiro 7 a 1 nós encaramos até hoje, poque de lá pra cá a situação só piorou em questão de pessoas gastando e brincando com o dinheiro público.

Estádios foram superfaturados, obras que até hoje não foram concluídas e todo um planejamento futuro pós copa não foi realizado, é nítido que para grandes eventos como esses a burocracia para conseguir recursos para financiar obras que chegam a bilhões é quase invisível, e para atletas que buscam no esporte um futuro melhor a dificuldade é tanta que pode levar a exaustão e consequentemente a desistência.

A copa de 2014 no Brasil pode até ser considerada como “a copa da corrupção”, valores pagos em propina são incontáveis, milhões ou até mesmo bilhões, me arrisco a dizer que se todo esse dinheiro tivesse sido utilizado para o investimento na área esportiva, talvez pudéssemos ter saído melhor nas competições internacionais em que o Brasil disputa, e infelizmente nossos atletas sofrem bastante quando competem contra atletas de países onde o investimento destinado ao esporte e a todas as áreas sociais são realmente aplicadas e a burocracia para conseguir recursos não é tão difícil e escasso.

Felizmente, muitos desses crimes foram descobertos pela operação Lava jato como mostra o jornal o globo (online, acessado em 02/06/2021):

 A operação Lava Jato também chegou às arenas construídas ou reformadas para a Copa do Mundo de 2014. Delações de ex-executivos das construtoras Odebrecht, divulgadas recentemente, e da **Andrade Gutierrez** citam nove dos 12 estádios utilizados como "palco" de crimes como cartel, pagamento de propinas e também caixa 2. Apenas os particulares Beira-Rio, em Porto Alegre, e Arena da Baixada, em Curitiba, se "salvaram". A Arena Pantanal, em Cuiabá, não foi mencionada nestas delações, mas também já foi alvo de denúncias.

Uma pequena parcela do dinheiro público foi devolvida, mas o que não pode ser devolvido e que irá demorar para acontecer é o prestígio do brasileiro esperando dias melhores e uma nação mais justa, e que a os verdadeiros premiados venham a ser o povo brasileiro e não quem foi corrupto e que teve direito a chamada delação premiada.

Diante desses tantos problemas esse não é maior do que o que foi feito nos últimos anos com o bolsa atleta, programa que dirige recursos a formação de atletas, o número de contemplados foi cortado pela metade pelo governo federal prejudicando assim milhares de esportistas no Brasil todo, o número de contemplados tem caído cada vez mais ao longo dos anos.

Com a justificativa do governo federal de que seria preciso um corte de verba feita pela união, o governo tem a cada ano enfraquecido o esporte nacional, pois o programa e vital para que uma grande parcela dos atletas, possam se manter e assim poder praticar os esportes.

Incentivos para atletas tem sido cada vez mais escassos nos últimos anos, uma realidade que não se compara aos incentivos que grandes empresas, tem recebido do governo federal, com muitas facilidades e pouca burocracia, o investimento de empresas na área esportiva com o objetivo de ajudar a efetividade da lei de incentivo ao esporte, não tem sido nenhum pouco perto do que o governo federal

tem dado de incentivo para essas grandes empresas crescerem justamente com o dinheiro público que poderia ajudar muito na efetividade esportiva da lei.

Temos muito o que aprender com países desenvolvidos como os Estados Unidos, é nítido o sucesso esportivo deste país, tendo os maiores e melhores esportistas do mundo e conquistando cada vez mais os grandes eventos esportivos mundiais como é descrito pelo site (globo esporte.com, online acessado 02/06/21).

A supremacia americana nas Olimpíadas, fato que persiste por muitas décadas, é o resultado de uma política de apoio e incentivo ao esporte que abrange todos os segmentos. Antes de tudo, o governo americano realmente investe no esporte, dotando as diferentes modalidades de centros de treinamento e pesquisa aplicadas de forma estreitar a relação entre atleta, treinador e cientista, proporcionando estrutura e a mais alta tecnologia em benefício do alto rendimento.

Esse país aprendeu que investir no futuro esportivo não é algo que se deve fazer só pensando em gastos que todo o projeto pode trazer, é na realidade apostar que diante do esporte o futuro de milhares ou até milhões de jovens pode ser mudado, a desigualdade social e os índices de criminalidade podem ser diminuídos.

Falar de desigualdade social chega a ser um assunto clichê quando falamos de Brasil, um país campeão de desigualdade precisa enxergar o futuro de seus jovens, e principalmente aquele que vem de lugares onde a oportunidade de se tornar um cidadão melhor é quase nula, a situação de comunidades que tem uma certa dependência de artistas que usam do próprio dinheiro para ajudar comunidades porque o governo não foi capaz de se impor e fazer seu trabalho é um problema a se pensar, já que o estado é soberano e tem uma constituição onde prevê que o estado é responsável em prover cidadania para seu povo.

Burocracia e esporte tendem a andar juntos em nosso país, porém se os recursos, as pessoas e a lei forem seguidas conforme manda a constituição, podemos acreditar sim em um futuro melhor em nosso país, não nos falta recurso ou pessoas com vontade e qualidade com orgulho em nos representar, o que falta é uma conscientização social feita em todos os meios possíveis, e uma modernização em todos os três poderes, com o entendimento de melhorar a distribuição dos recursos fazendo com que o acesso a eles não sejam tão burocráticos.

**1.2 Centralização dos recursos da lei nos grandes centros urbanos**

A centralização dos recursos da lei de incentivo ao esporte em grandes centros urbanos é fruto da má administração da verba federal e uma forma desigual de distribuição dos recursos que se concentram em capitais e regiões metropolitanas e se caracterizam por sua dificuldade em chegar nos interiores que também possuem atletas que dependem dos benefícios da lei de incentivo ao esporte.

É certo que a verba chegue, porém os meios que existem para fazer com que ela seja usada corretamente que é um problema social, a corrupção nos interiores brasileiros é um problema muito sério a ser discutido e como a fiscalização desse dinheiro não é tão rígido nessas regiões, muitas pessoas usam a verba para benefício próprio ou de terceiros.

Segundo dados mostrados pelo site mundoeducação.com (online, acessado em 03/06/2021) mais de 80% de habitantes do Brasil reside em grandes cidades o que facilita que todo o olhar não só esportivo mais de todo um geral seja praticamente todo para quem mora nesses grandes centros urbanos, mas nos últimos anos o que vemos em nosso país são grandes atletas que surgiram dos interiores do Brasil e se tornaram grandes esportistas em nível mundial.

Tendo dificuldades em conseguir recursos morando em pequenas cidades dos estados brasileiros onde a verba para atletas é bem escassa, esses atletas tem migrado para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de treinamento e melhores oportunidades, e isso se mostra um problema pois muitos desistem do sonho esportivo porque não conseguem se adaptar com a vida corrida das grandes cidades, e com os vários cortes e a dificuldade de manter projetos com recursos federais, as chances desses jovens continuar praticando esporte como uma forma de sobreviver sem a necessidade de um emprego que tome a maioria do seu tempo são quase nulas.

A realidade é que uma grande parcela desses jovens, já sobrevivem com o auxílio de outros programas federais, e precisam trabalhar para ajudar suas famílias que muitas vezes possuem um grande número de integrantes. Quanto mais velhos a responsabilidade de ajudar a família a sobreviver aumenta e combinar trabalho pesado com esportes de rendimento talvez seja a única saída.

O esporte sempre foi uma saída de esperança para quem deseja mudar de vida através dele, e essa mudança requer alguns sacrifícios, e tais sacrifícios podem custar a infância desses jovens atletas, pois muitos saem de casa por consequência da falta de recursos em suas cidades natal e abdicam da convivência com suas famílias, o que podem causar sérios danos psicológicos levando até a depressão, um mal que atinge muitos jovens atletas que lidam com dia a dia com a pressão deum futuro incerto no esporte.

Segundo Médico psiquiatra Arthur Guerra para um artigo do site (jornalismojunior.com.br) (online, acessado em 03/06/2021).

“Atletas amadores ou profissionais estão passíveis ao sofrimento psíquico como qualquer pessoa. O acompanhamento da saúde mental do atleta […] é tão importante quanto as preparações física, técnica e tática. Um atleta bem preparado mentalmente tem maiores chances de conseguir render seu potencial físico”, explica.

Ele também aponta que as situações mais difíceis para os esportistas profissionais são as derrotas, lesões e a pressão por resultados, que podem levar desde uma ansiedade até a depressão. Já para os amadores, além da busca por um bom desempenho, há a exigência de equilibrar as diferentes partes da vida: trabalho, família e esporte. Trata-se de um desafio que pode desencadear em estresse e distúrbios de ansiedade.

Um jovem cercado por todas essas barreiras impedindo seu sucesso futuro é um jovem destinado a fracassar, pois diante de toda essa pressão, o estado psicológico conta muito em sua produtividade, e a falta de assistência psicológica para jovens atletas pincipalmente nos interiores brasileiros e nas mais diversas modalidades é uma questão a ser mais discutida e resolvida para evitar maus ainda piores que os problemas psicológicos podem levar.

A relação jovem e escola quando o indivíduo ver no esporte um futuro promissor fica bastante complicada, pois com todos os sacrifícios que é preciso ser feito para conseguir o sustento através do esporte, o tempo para os estudos fica cada vez menor, maneira arriscada de garantir o futuro com apenas uma perspectiva que se resume apenas exclusivamente ao esporte.

Em parâmetro com a (revista veja, online acessado em 03/06/2021) que discorre sobre a relação do jovem com os estudos quando descobre um futuro mais promissor no esporte:

Entre o ideal e o que se vê no Brasil hoje a distância ainda é grande. A realidade do futebol brasileiro não comporta alguém que queira manter-se na escola enquanto se forma como jogador. O exemplo mais conhecido e mais radicalmente oposto – de como tornar isso possível se dá no basquete profissional nos Estados Unidos, onde a entrada no esporte se dá pelas escolas e, dependendo do desempenho nas quadras, pode render bolsas para as universidades mais disputadas – ainda que o jovem não seja um gênio na cadeira que vai ocupar. Levar bomba nos treinos ou nas provas, no entanto, pode mandar pelos ares a carreira.

São milhares de garotos todos os anos que se aventuram em busca de melhores oportunidades, conhecido como o país do futebol e sendo um grande exportador de craques para o mundo todo, o Brasil só reforça sua fraqueza em manter em nosso país grandes talentos em oferecer uma relação melhor entre jovem, escola e esporte, tendo na maior parte dos casos o indivíduo tendo que escolher entre um ou outro para ter um futuro melhor.

Usar os Estados Unidos como exemplo de sucesso em esporte e educação, é o exemplo mais viável de como um país se desenvolve tanto a cada ano e consegue dar uma qualidade de vida melhor para sua população, a relação do jovem com os estudos acaba sendo aproximada justamente pelo por meio do esporte e no fim o jovem sabe que se não se tornar um esportista, será um cidadão com boa qualificação profissional.

Exemplos como esses no Brasil parecem estar cada vez mais distantes pois a cada ano os números da corrupção aumentam, e a distribuição da pouca verba muitas vezes são desviadas indo parar nas mãos de pessoas não qualificadas e que sequer entendem de esporte e a sua relação futura com jovens atletas.

Um jovem com baixa escolaridade se torna um alvo perfeito para o mundo do crime, é nítido que grande parte dos indivíduos que se ingressam no mundo do crime são homens ou mulheres que não tiveram oportunidade em nenhum dos meios em que se possa ter uma qualidade de vida melhor. A concentração dos recursos em apenas grandes centros urbanos e a desigualdade nos lugares mais pobres é um gatilho e a principal causa para o desenvolvimento desse problema social.

Segundo Karla Sampaio, especialista em ciências penais pela PUC PR ao site Jusbrasil.com (online, acessado em 04/06/2021).

Do ponto de vista da sociologia, a criminalidade pode ser apartada em violenta e em não violenta. Não é demais salientar que são fatores de natureza econômica, como a falta de oportunidades e a desigualdade social, a mola propulsora para o comportamento criminoso, em especial o violento.

A partir de tal compreensão, é premente a necessidade de redução da criminalidade violenta no país, em especial por meio de melhores políticas governamentais de distribuição de renda para todas as classes sociais. Bem se sabe ainda que o crescimento econômico é muito mais eficaz no combate à pobreza naqueles locais em que a desigualdade de renda é menor. Demais disso, altas taxas de crescimento econômico e estável da população ensejam melhores índices de qualidade de vida.

Advinda do capitalismo a desigualdade social e a criminalidade andarão lado a lado pois quanto mais cresce a desigualdade, cresce a violência. Analisado o coeficiente de Gini (instrumento usado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo) conclui-se que o Brasil tem uma gigantesca diferença entre as classes.

É desanimadora a realidade de uma nação que nos últimos trinta anos só cresceu as formas desiguais de distribuição de renda, e o que é distribuído muitas vezes não chega ao verdadeiro destino. A implantação de projetos sociais em comunidades tem sido uma forma de levar para o esporte jovens em ambientes propícios a criminalidade e na recuperação dessas pessoas.

O esporte tem o poder de transformar e recuperar vidas tomadas pelo crime, basta um olhar mais sério para essas ações e destinos certos da verba federal para que o futuro de muitos sejam transformados começando pela prática e projetos em escolas, onde os alunos possam aprender e se exercitar ao mesmo tempo.

Toda a verba que é na maior parte do país centralizada em grandes centros urbanos, poderiam ajudar no combate de um problema que é recorrente há muitos anos no Brasil e no mundo, o trabalho infantil forçado em regiões precárias.

São mais de 18 milhões de brasileiros vivendo na zona rural com apenas 269 reais, fator que leva os pais a precisar da ajuda de seus filhos em trabalhos que só pode ser feito por adultos e de acordo com a PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílios) existem mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando de forma ilegal no Brasil. O pensamento de que criança desde sempre deve ajudar os pais fazendo serviços pesados pode ser mudado a partir do momento em que projetos sociais principalmente nos interiores ofereçam aulas e prática de esportes totalmente gratuitas.

**2. Distribuição da verba federal**

Mais de 745 milhões de reais são destinados a prática de esporte no Brasil em todos os anos, mas o que se vê é uma má distribuição desse dinheiro no nosso país. Dinheiro que deveria ser usado para a formação de atletas desaparece em meio ao fenômeno da corrupção deixando o esporte brasileiro cada vez sucateado e sem investimento.

Uma política mais justa de distribuição deve ser implementada, já que muitos centros urbanos e os maiores e mais ricos estados da federação recebem muitas vezes uma verba muito maior que outros estados que também formam atletas.

A democratização do acesso a essa verba e ao esporte é de suma importância já que o esporte está presente na vida de todos os seres humanos mesmo que indiretamente, o futuro de milhões de jovens adolescentes pode depender exclusivamente do esporte, portanto, a distribuição da verba federal deve ser igualitária em todos os aspectos, para que todo esse dinheiro e planejamento não seja frustrado por causa da grande corrupção que toma conta do Brasil.

O acesso por meio de federações e ongs é um meio muito sério e deve ser avaliado, pois ainda falta muita transparência de quem recebe a verba federal e que deve aplicar no esporte, todo essa questão é um caso a se pensar ja que a verba chega por meio do ministério do esporte, o caminho seguinte que é a aplicação desse dinheiro é que causa tantas dúvidas e questionamentos.

Se muitos atletas afirmam que o país precisa de mais investimento, e se o governo federal afirma que os repasses são passados para os estados, algo de errado está acontecendo. Como acontecido na CBDA (confederação brasileira de desportos aquáticos) foi investigada por superfaturamentos e fraudes em compras e alugueis como mostra essa matéria do site espn.com.br online acessado em (02/09/2021):

A Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo. Há sete meses, os investigadores se debruçam sobre balanços, prestações de contas e dados das empresas prestadoras de serviços da entidade. O material e as provas colhidas mostram que há fortes indícios de superfaturamento, fraudes em balanços, falsidade ideológica, apropriação indébita e desvio de recursos públicos.

Num dos casos, a CBDA pagou 308% a mais do que a agência contratou para serviços terceirizados como o aluguel de vans e ônibus. A agência teria pagado R$ 680 por uma van, e a CBDA deu R$ 2,1 mil pelo mesmo serviço. O preço final foi três vezes maior do que o inicial. Em relatórios, os investigadores afirmam terem suspeitas de que o sobrepreço tenha sido desviado.

Esse é o reflexo e o que acontece em muitas federações e confederações em todo o país, um país rico com tantas revelações e bons atletas perde todos os anos para as más gestões do funcionalismo esportivo brasileiro que desvia grande parte do que devia ser aplicada em compras de equipamentos, treinamentos e todo o suporte que o atleta sendo profissional ou não precisa para uma boa prática de esportes.

A verdade é que no Brasil as prioridades estão do avesso, o dinheiro que deveria ser investido no esporte está servindo de objeto de festa para que dirigentes e empresas de fachada tenham uma vida de luxo, ao contrário de quem tanto depende desse dinheiro.

Uma realidade muito cruel e que deveria ser mudada, é o fato de que esses tais dirigentes muitas vezes não são pessoas ligadas verdadeiramente ao esporte, se tratam de pessoas que conseguiram tais postos por meio de favores políticos e que não tem nenhum conhecimento de como fazer com que o esporte brasileiro cresça, não entendem de planejamento esportivo e tem como principal foco o desvio da verba federal que é tão difícil de ser adquirida devido a burocracia tão dura que o nosso país enfrenta.

**2.1 BUROCRACIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

Burocracia e corrupção andam lado a lado e no esporte uma grande parte dos atletas sofrem com esses dois problemas. Um jovem que precisa andar muitos quilômetros para chegar ao seu local de treino seja qual for o seu esporte precisaria de um veículo adequado para seu transporte, e é aí onde a corrupção e a burocracia se mostram tão eficientes.

A dificuldade de conseguir um veículo de qualidade por meio do governo federal é uma situação demorada e muito burocrática, até porque como quase tudo realizado no esporte depende de verba, muitas vezes a verba não é destinada de maneira correta, muitas vezes até desviada por dirigentes corruptos, e quando passam por todas essas situações e está livre para ser usada a burocracia para ter acesso a esse dinheiro é muito grande, levando muitas vezes pessoas e projetos serem vencidos pelo desgaste que é lutar para ter acesso a essa verba e garantir a sobrevivência de projetos sociais em grandes comunidades no Brasil que transformam a vida de muitas crianças marginalizadas e transformam o futuro delas.

É o exemplo de Ricardo Fonseca (online, acessado em 02/09/2021) que viu seu projeto social na baixada fluminense se acabar por conta da grande burocracia no acesso dos recursos da lei de incentivo ao esporte

A burocracia estatal pode acabar com esse trabalho elogiado no mundo todo, da ONU ao COI, em alguns meses, ao mudar um entendimento de 11 anos e cortar subitamente o direito do Golfe Público de Japeri utilizar verbas da Lei de Incentivo ao Esporte para manter o seu campo de golfe, o primeiro campo público do Brasil. A alegação é que o campo de golfe não é “atividade fim” da Associação Golfe Público de Japeri e “sim atividade meio” (leia-se secundária), à qual só pode ser destinada 15% da verba incentivada destinada à “atividade fim”. É como dizer que um projeto social de futebol não precisa de campo, ou que um de vôlei ou basquete não necessita de quadra.

Projetos como esses vão continuar morrendo, se o entendimento de que é preciso investir nos esportes amadores, sem tanta burocracia e falta de pessoas qualificadas no meio esportivo não vier a fazer parte do cotidiano político do ministério do esporte, que agora foi incorporado ao ministério da cidadania.

**2.2 DISTRIBUIÇÃO DA VERBA PARA ATLETAS PARALÍMPICOS**

Se para pessoas com ótima forma física já é difícil algum tipo de investimento, o que devem passar os atletas brasileiros iniciantes ou profissionais com deficiência no nosso país, a ideia social de ver como podemos dizer pobres coitados que convivem com alguma deficiência acaba dificultando a aposta nesse meio paralímpico.

Um olhar mais sério para esse meio do esporte paralímpico deve sempre ser levado a sério como uma coisa importante porque o esporte tem o poder de despertar vontades em qualquer pessoa que esteja o praticando, é como se pessoas com deficiência pudessem ter uma segunda chance de serem felizes, de superar toda as dificuldades que a deficiência impõe, tendo o esporte como um grande meio de inclusão social.

Mostrar do que somos capazes de realizar tudo que desejamos é algo que todo ser humano gosta e que luta diariamente por isso, e no esporte as pessoas com deficiência encontra um meio de achar uma força maior para superar obstáculos, de serem competitivas, de se sentirem orgulhosas e poder dar orgulho para a família e para quem aposta e acredita que essas pessoas podem competir e serem verdadeiras vencedoras.

Infelizmente a corrupção também atinge esse meio paralímpico, já que muitas vezes os atletas precisam de equipamentos adaptados para poder exercitar e praticar seu esporte, equipamentos que saem na maioria das vezes mais caros e precisam de um certo cuidado para sua fabricação, alguns vem até de fora do Brasil, e o interesse de terceiros na compra desses equipamentos podem surgir nessas questões, já que para a compra é preciso uma quantidade maior de verba pública, sendo uma ótima ocasião para quem gosta de superfaturar a compra desses equipamentos, e muitas vezes a qualidade desses produtos adaptados podem não ser a ideal.

Falta um apoio maior em relação a lei de incentivo ao esporte para o esporte de pessoas com deficiência, a iniciativa privada que é uma grande beneficiada dessa lei, tem deixado de olhar para essas pessoas que também praticam esportes, falta no Brasil um bom centro especializado para o treinamento e melhora no desempenho de pessoas com deficiência, se a distribuição da verba fosse mais igualitária esse problema não seria tão difícil de ser resolvido.

Mas não adianta só investimento se não tem pessoas bem intencionadas e preparadas para a realização desses projetos, o ideal seria escolher pessoas com deficiência para serem as gestoras desses projetos, não se pode escolher indivíduos que não tem familiaridade com essa causa e que não tenham boas intenções, esses tipos de pessoas acabam dificultando a realização desses projetos, e se forem ligadas ao meio da política corrupta, podemos esperar que a verba destinada para esse meio não vai ser aplicada devidamente

O esporte paralímpico é um meio onde não se pode esperar tanto, os atletas precisam de todo o suporte para a prática do seu determinado esporte, e é aí onde um outro grande problema se apresenta, a burocracia brasileira. A burocracia para conseguir todo esse suporte atrasa todo um planejamento específico que esses atletas tem para poder superar suas dificuldades, a demora para conseguir a verba, um tempo muito grande para a aplicação dela até ser feito uma boa escolha de produto pode levar até a desistência desses atletas, e quem perde muito com isso é o Brasil.

Atletas com deficiência enfrentam grandes problemas sociais que vão da falta de bom senso social até o preconceito, e o fator corrupção não pode ser aceitado já que o esporte pode ser levado como um fator importante para a autoestima de quem nasceu com deficiência como diz o nadador paralímpico e super campeão Daniel Dias ao (site Jusbrasil online,11/09/2021).

A preparação de um atleta paralímpico vai muito além do esporte, é um estilo de vida para quem ama e vive do esporte que pratica, toda essa preparação não vem só por meio de equipamentos caros que são necessários para a prática de esportes para pessoas com deficiência, a preparação é física mas o fator psicológico conta muito na vida de um atleta, uma boa equipe com profissionais tanto para a parte física quanto para a parte psicológica precisa ser qualificada e atenta na vida e dificuldade de cada um. Segundo Dias, a prática de esporte por pessoas portadoras de alguma deficiência também é um fator importante para aumentar a autoestima. “O esporte vai ajudar muito. Vai ajudar na autoestima do deficiente. Antes de praticar eu pensava: 'Por que fui nascer assim?' Mas fui para minha primeira competição e olhei a minha deficiência e vi que não era nada perto de muitas. Realmente é fantástico estar nesse meio paraolímpico. Você vê a superação de muitas pessoas”.

Não cabem a nós enquanto sociedade ter dó dessas pessoas, temos que apoiar e o poder público como a figura do estado democrático deve ser mais ativo no apoio a essa causa, deixando de lado e punindo severamente quem aproveita da fragilidade e atenção que tudo isso precisa para favorecer a si mesmo ou a terceiros.

**2.3 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NOS INTERIORES BRASILEIROS**

Não é novidade que nos interiores brasileiros as condições são mais precárias, e a transparência nesses lugares precisam ser ainda maior, porque se o ministério do esporte cumpre com o dever de fornecer a verba para a melhoria do esporte, essa verba precisa ser bem aplicada e não destinada para meios corruptos.

A velha política que ainda prevalece no Brasil e que é muito mais forte nos interiores é uma grande barreira para que a verba seja bem aplicada, é todo um fator que chega a ser até machista por muitos ainda acharem em pleno século vinte e um que mulher não deve praticar esportes e diante de toda essa situação, toda a verba destinada a esses lugares necessita de um controle rígido nas secretarias de esporte estaduais e municipais para que gestores possam aplica-la de maneira que beneficie e desperte o interesse de cada vez mais crianças, jovens e adultos para a importância e o benefícios da pratica de esportes.

Falta ainda um controle maior da verba federal fornecida, porque se tem um mínimo de transparência precisa também de um mínimo de controle, e no caso do Brasil essa transparência e controle precisam ser ainda mais rígidos e menos burocráticos, já que podemos dizer que a burocracia em tudo isso é uma consequência da corrupção que assombra tudo que é buscado ser feito no Brasil.

**2.4 LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NO ESPORTE**

Em tudo onde possa ser investido algum tipo de verba pública a transparência do que está sendo gasto é extremamente importante porque só assim sabemos que o dinheiro não está sendo mal investido, e é assim que funciona a lei da transparência, e sua aplicação no esporte é extremamente importante pois coíbe atos corruptos de quem ver o esporte como um meio de enriquecimento pessoal.

Todos os gastos por mais pequenos que sejam devem ser informados, pois em um país conhecido pela grande corrupção em todas as áreas do estado democrático de direito não se pode deixar passar certos tipos de situações, pois por mais que alguns possam achar besteira, essas ações podem fazer um grande diferencial futuro. Muitas vezes quem usa a corrupção para o enriquecimento começa de pouco e depois vai aumentando a quantidade do que se está usufruindo ilegalmente do dinheiro público, e a transparência acaba por impedir que isso aconteça, e pode ser usada como um grande meio de prova para incriminar e punir verdadeiros corruptos do esporte. É o que expõe Paulo César Berardo (online, acessado em 03/09/2021) sobre transparência no esporte, principalmente no futebol

O país penta campeão do mundo de futebol está precisando de mais transparência. A contabilidade da CBF é uma caixinha de jóias. A dos clubes, uma caixinha de surpresa, as entidades de prática desportiva negociam atletas e não gostam de revelar os números. Fica ocultado, dissimulado para nenhum "inglês ver". Tudo em nome do sigilo. As empresas, bancos, investidores, falsos empresários de má-fé, "investidores do além, também não gostam de revelar os valores. Fica tudo sem nenhuma transparência.

A transparência para o dinheiro que é mandado do ministério do esporte para as federações estaduais de diversos tipos de modalidades é algo importante que precisa ser tratado de uma forma mais séria e transparente, visto como andam a organização e o estado que estádios, quadras e todos os lugares que são destinados a prática de esporte.

A forma como um atleta é tratado e como ele leva a paixão para seu esporte necessita de um meio digno para que o que ele pretende fazer possa ser feito da melhor maneira possível, e como muitas vezes para realizar seu sonho através do esporte ele precisa ser ligado a uma federação de algum estado brasileiro, se essa federação não cumprir corretamente com o que foi planejado para ela e para seus atletas o reflexo e a consequência pode significar o fracasso do sonho de diversos atletas.

**2.4.1 TRANSPARÊNCIA NA COMPRA DE APARELHOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES**

A compra de aparelhos que cada modalidade necessita para cada atleta necessita de uma boa fiscalização para que esses tais aparelhos não sejam superfaturados e que também não sejam comprados equipamentos de péssima qualidade, esse é um dos momentos onde a corrupção ganha mais força no meio do esporte já que os altos cargos das federações ou secretarias do esporte estadual ou municipal são os responsáveis por toda a verba destinada ao esporte de determinada cidade ou estado, e a facilidade para ocorrer desvio de dinheiro público é infinitamente maior já que a fiscalização sobre esse dinheiro nem sempre é a ideal.

É o que expõe a reportagem de Lucio de castro que apresenta detalhes de uma investigação de fraude de vendas de materiais de ginastica feita pela empresa do filho da presidente da confederação de ginástica a própria federação de ginástica.

Documentos obtidos pela reportagem mostram que a empresa do filho da presidenta da CBG vende equipamentos para clubes e atletas da ginástica rítmica, em conflito de interesses e, como disse um especialista consultado pela reportagem, “em evidente relação de tráfico de influências, já que pode haver um constrangimento para tal compra. É uma relação nada saudável e pouco transparente. Posso achar que um clube ou federação que eventualmente compre nessa empresa venha a ser favorecido em algo pela CBG. E quem não compra venha a ser prejudicado”.

A transparência na compra de tudo que envolve aparelhos e tudo que se necessita para a prática de esportes principalmente no de pessoas com deficiência é uma questão que precisa ter de uma delicadeza maior por parte de quem pretende fazer compras para essas finalidades, isso porque aparelhos para adaptados e próprios para pessoas com deficiência necessitam de uma ótima qualidade para que não sejam causados acidentes.

. Considerando que esses aparelhos custam uma grande quantidade de dinheiro, a oportunidade da corrupção entrar em cena com o superfaturamento é bastante perigosa porque o atraso na entrega desses produtos e a péssima qualidade deles podem resultar em perdas de tempo e de anos de preparação para os grandes eventos internacionais.

**2.4.2 TRANSPARÊNCIA POR PARTE DOS ATLETAS**

Falamos na maioria das vezes que a corrupção vem de quem recebe primeiramente a verba federal e que entendemos que esses papéis são dos gestores que obtém os melhores e mais altos cargos políticos e que são relacionados ao esporte, mas um problema que muitas vezes esquecemos é que existe corrupção também no meio de atletas. Doping, falsificação de documentos, trapaças para prejudicar o adversário são alguns tipos de corrupção que são praticados por quem mais devia dar o exemplo e que são os maiores beneficiados da lei de incentivo ao esporte e que tem ao seu favor a transparência mesmo que pouca dos seus respectivos ministérios, estados e municípios.

Transparência por parte dos atletas se faz importante para que não venha a se repetir o que aconteceu em 2018 na Rússia como expõe o jornalista Jamil Chade (online, acessado em 04/09/2021).

A Rússia, sede da Copa em 2018, chocou o mundo, em 2014, com um esquema cinematográfico de fraude a exames antidoping de atletas comandado pela própria Rusada, agência russa de combate ao doping, tudo com a chancela do governo. “A corrupção e os desvios no esporte são, acima de tudo, estruturais. Entidades são criadas sem controles externos, sem a necessidade de prestar esclarecimento e com o poder de ter nas mãos um dos maiores produtos de entretenimento do mundo”

Devem ser cobradas sim transparência por parte dos atletas, se recebem e usufruem da verba pública, tudo isso deve ser comprovado porque nem todo ser humano poderá ter boa fé em todos os momentos de sua vida e o esporte não pode ser lugar com quem é conivente com práticas corruptas. Entregar exames em dia é um ótimo passo para que sejam esclarecidas as dúvidas sobre a performance de um atleta seja ele amador ou profissional, são ações que deixam o esporte uma coisa mais leve e justa de ser praticada, sem ter a desconfiança de quem pretende começar a prática.

**2.5 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE**

Em janeiro de 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do esporte o qual conhecemos hoje e que é responsável por cuidar e incentivar a prática de esportes no nosso país. Com a reestruturação ocorrida na estrutura organizacional federal, através da lei 10.683, de 28 de maio de 2003 no ministério do esporte foram criadas três secretarias nacionais que são elas: secretaria nacional de desenvolvimento de esporte e lazer, secretaria nacional de esporte educacional e secretaria nacional de esporte de alto rendimento.

Conforme o decreto 7.784 de 7 de agosto de 2012 foi aprovada a seguinte estrutura organizacional:

 Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do qual fazem parte Gabinete; Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; Ouvidoria; Coordenação-Geral de Atendimento ao Cidadão e Secretaria-Executiva, sendo subordinadas a esta, a Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos; Departamento de Gestão Interna; Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica; Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte; Representação Estadual no Rio de Janeiro; e Representação Estadual em São Paulo também fazem parte dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado a Consultoria Jurídica e Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

Órgãos específicos singulares contendo a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, a qual pertencem: o Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; e o Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

 Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, que conta com os seguintes departamentos: Departamento de Futebol Profissional; e Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor. E a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento da qual fazem parte o Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento; e o Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos e Órgão colegiado representado pelo Conselho Nacional do Esporte – CNE.

**2.5.1 FALTA DE INVESTIMENTO NO ESPORTE**

Com uma imensa quantidade de secretarias e todo um quadro planejado para o esporte o que poderíamos esperar para nossos atletas seria uma ótima estrutura para treinos e toda a prática esportiva, mas infelizmente não é essa a realidade que vivemos atletas brasileiros hoje em dia no Brasil. Com toda essa organização não vemos uma área especializada no controle a fraudes a corrupções que certamente acontecem no ministério do esporte, isso gera uma enorme facilidade para que terceiros aproveitem do que deveria ser investido exclusivamente no esporte.

É nítido que o ministério do esporte vem cumprindo muito mal seu papel de investir no esporte, é o que expõe o ex-jogador de basquete Oscar Schimidt (online, acessado em 04/09/2021).

A verdade é que há desinteresse. Para que existem o Ministério de Esporte e as secretarias de Esporte? Para fazer esporte a quem? Imagina a Secretaria de Esporte do Mato Grosso do Sul? Coitado do menino que fica patinando lá, o horizonte dele acaba ali. Eu queria jogar na Seleção Brasileira, e para mim foi muito diferente, mas porque eu tinha o talento necessário para preencher todos os requisitos para jogar na competição mais forte do País. Mas, estou falando de mim, agora vamos falar do menino de Ponta Porã, que veio jogar em São Paulo, jogou bem no Palmeiras, mas o time não oferece nada. Como ele iria pagar passagem, comer, beber e estudar?

Para manter uma enorme quantidade de secretarias e departamentos responsáveis pelo funcionamento do esporte nacional seria preciso uma boa quantidade de investimento de dinheiro público, e não é difícil perceber que esse dinheiro não está sendo bem investido, se é que está sendo investido, porque a lei de incentivo ao esporte também é uma arma para a ajuda no incentivo ao esporte através de empresas privadas, e porque questionamentos tanto se o que falta é fiscalização ou dinheiro para ser investido. A questão é que o dinheiro é investido, só não é bem fiscalizado, o dinheiro é distribuído para os estados e a partir daí para onde ele vai se faz um caminho de incertezas.

Uma forma no combate a corrupção em relação ao esporte seria uma forte fiscalização as empresas que são beneficiárias a lei de incentivo ao esporte, deve ser questionado sempre se tais empresas estão cumprindo com o que lhes foi acordado e se quem cuidou de todos os tramites dessas empresas no benefício a lei de incentivo ao esporte está cumprindo corretamente com a quantidade certa de isenção fiscal que a lei proporciona a todas as empresas.

Uma dura fiscalização as empresas beneficiárias reforça o combate a corrupção por meio de propinas que sabemos que existe no meio do esporte, todos que decidirem tentar esses meios contra o poder público deveriam ser levado as leis vigentes em nosso país sendo devidamente julgados pelo nosso poder judiciário, mas essa realidade está longe de ser a ideal enquanto o nosso código penal oferecer tantas brechas para quem comete todos os diversos tipos de crimes, acabando por facilitar para quem tem a audácia de fazer o que bem entender com o dinheiro público e com o futuro esportivo do Brasil.

**2.5.2 INCORPORAÇÃO AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

No governo atual do Presidente Jair Bolsonaro o ministério do esporte foi incorporado as Ministério da Cidadania, o que representa um retrocesso se tratando de esporte no Brasil. Um assunto tão importante que é o esporte que pode gerar e que gera um enorme impacto social na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo deve ser tratado de uma forma bem mais particular e cuidadosa pois não se trata somente do presente do país, se trata também do futuro de milhares ou talvez milhões de pessoas.

A decisão de incorporar ao ministério da cidadania não foi acertada, mas se já foi feito, deveria ao menos aumentar os investimentos particularmente a essa área para que não gere um esquecimento por meio do governo, o que certamente não pode acontecer já que significa a mudança de vida para muitas pessoas. É o que expõe o jornalista e político Aldo Rebelo (online, acessado em 04/09/2021)

Ao rebaixar a disciplina do esporte de ministério para secretaria, o governo deu uma sinalização, e isso recebe uma leitura da sociedade, dos agentes públicos e privados, dos secretários de Esporte dos estados”. Ele defende que as questões dos esportes precisam ser valorizadas, em primeiro lugar, pelo governo federal: “O governo tem que dizer para população, para os agentes públicos, ‘olha, o esporte aqui tem valor, tem uma importância’. Quando o governo tira a visibilidade dessa agenda, o recado que ele dá às pessoas é que isso não tem prioridade”.

Certamente a mudança de vida através do esporte é algo que milhares de jovens lutam diariamente no Brasil, e o ministério do esporte juntamente com a lei de incentivo deveria desempenhar um papel mais fundamental em regiões onde as oportunidades de crescimento social são muitas vezes difíceis para o atleta. O que vemos nos principais eventos esportivos nacionais e internacionais pelo redor do mundo são grandes atletas que saíram de lugares como esses e venceram através do esporte.

O esporte pode significar uma luz no fim do túnel em regiões com baixo nível de desenvolvimento humano, nisso vemos a importância de um bom investimento, se um jovem vence através do esporte, o crime perde, o tráfico de drogas perde e se tem uma coisa que é quase uma certeza é que se fosse investido tudo que é prometido para o esporte no Brasil, os índices de criminalidade seriam muito mais baixos, pois o jovem que é feliz praticando esporte e que pode através e dele vencer e conquistar uma vida digna para si e para toda sua família, dificilmente ele vai procurar no crime uma outra saída.

**2.5.3 INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO A PRÁTICA DE ESPORTES DE PESSOAS IDOSAS**

A vida não acaba com a chegada da velhice, questão que pode ser um objeto de mais estudo e reflexão no ato do uso dos recursos que a lei de incentivo ao esporte proporciona, facilitar a prática de esportes para os idosos é uma forma de preservar de forma saudável quem tanto trabalhou e ainda trabalha para formar o país que vivemos hoje.

Com a chegada da velhice, os idosos tendem a ficar mais solitários pois uma rotina que levaram por muito tempo durante suas longas vidas teve que terminar, e o esporte pode promover um novo recomeço para esses idosos, um recomeço onde possam buscar novas experiências e conquistas para suas vidas.

É clichê falar que o esporte faz bem para o corpo e dos seus inúmeros benefícios, benefícios que são extremamente importantes para pessoas que chegam a uma idade mais avançada e precisam de uma atenção maior em seu dia a dia, e no Brasil dos dias atuais o incentivo a prática de esportes voltados aos idosos é carente de recursos, não há uma divulgação midiática por meio de equipes, ongs ou até mesmo do ministério do esporte.

 Apoiar o esporte para pessoas idosas não é só um benefício para o corpo dessas pessoas, se trata também de um benefício para a saúde mental, com os benefícios que o esporte trás para a mente, doenças como Alzheimer e outras que comumente aparecem em idosos podem ser evitadas e tratadas, aumentando assim a expectativa de vida do idoso e as contribuições que eles ainda podem ajudar. Expõe a professora de educação física ao site fundesporte.com (online, acessado em 05/09/2021) sobre a importância do investimento a prática esportiva dos idosos

As políticas públicas no Brasil necessitam traduzir o quadro circular que indicam o aumento da população idosa e a abrangência da inserção desta população em práticas esportivas que favoreçam a adoção de estilo de vida mais saudáveis. A maior longevidade da população alinhada à prática esportiva favorece o fortalecimento dos aspectos físicos do controle motor, tais como os aspectos anatômico e fisiológico da mobilidade, e permite uma ampliação de possibilidades para a manutenção do desenvolvimento psíquico e social na velhice.

Todo esse problema citado depende exclusivamente de uma organização do ministério do esporte, onde isso possa ser debatido e realizado, com a finalidade de oferecer uma vida mais saudável e de paz para os nossos idosos, se preocupando sempre com o bom uso dos recursos que possam vir a ser destinados a essa finalidade, não deixando que a corrupção atrapalhe mais uma vez um projeto de suma importância para pessoas idosas.

**2.5.4 MAIOR RECONHECIMENTO DO MINISTERIO AOS ESPORTES ELETRÔNICOS**

Uma nova era que começou nos anos 80 e que hoje faz a cabeça de milhões ou até bilhões de pessoas no mundo todo e que já é tida como profissão, algumas até muito bem remuneradas são os chamados jogos eletrônicos ou Esports.

O esporte eletrônico tem feito ainda mais sucesso nos dias atuais e com o avanço da tecnologia o realismo nesse jogo e o reconhecimento como um esporte oficialmente tem ganho cada vez mais força, afinal, não são todas as pessoas que sentem desejo de jogarem esportes onde todos tenham que demonstrar bom condicionamento físico.

O preconceito em relação a quem se dedica totalmente a esse tipo de esporte ainda existe, e muitos sofrem bullying e até xingamentos preconceituosos em seu meio escolar e até familiar, por isso, um estudo mais aprofundado e um reconhecimento maior pelo ministério do esporte em relação a esse tipo de esporte poderia ser um pouco maior.

Já que hoje em dia essa prática antes tida apenas como uma forma de diversão e hoje reconhecida como esporte tem ganho muita notoriedade, uma inclusão desse meio esportivo no usufruto dos recursos da lei de incentivo ao esporte não parece uma má ideia, afinal, todos reconhecidos como esportistas devem ter o mesmo direito a uma verba pública que é exclusivamente destinada aos esportistas

Esse meio esportivo tem se mostrado importante pois engloba uma grande quantidade e variedade de pessoas, de todas as classes sociais, nacionalidades, etnias, pessoas com deficiência competem no mesmo nível de competitividade que uma não pessoa deficiente, toda essa demonstração de alcance desse jogo significa também uma inclusão social de pessoas que não gostam ou chegaram a uma conclusão de que não levam jeito para os esportes de alto rendimento.

Uma questão que possa dificultar o investimento nesse tipo de esporte e em suas competições, é a dificuldade em lidar com a alta dos preços de aparelhos eletrônicos no Brasil, a carga tributária altíssima que todos nós enfrentamos imposta pelo governo brasileiro, e o investimento a tudo isso que deveria sair do próprio governo acaba se tornando uma grande barreira principalmente aos esportistas eletrônicos de baixa renda.

E como na maioria das vezes que se é falado em investimento público, também é falado de corrupção, no meio eletrônico ela também não iria ficar de fora. No meio eletrônico é normal que jogadores tenham que gastar uma quantidade ou até milhares em dinheiro para obterem um bom resultado no jogo em que ele joga.

Ocorre que em muitos jogos o nível de dificuldade é aumentado propositalmente pelos desenvolvedores do jogo, criando empecilhos quase impossíveis de serem vencidos para que jogadores dos seus jogos tenham que gastar cada vez mais para que consigam vencer esses empecilhos. É que expõe o advogado e professor de direito Constitucional da FDV Cláudio Colnago ao site Folha Vitória (online,acessado em 06/09/2021).

Os jogos dos anos 80 e 90 tinham por característica a meritocracia: se um jogador obtivesse determinados pontos, ou se seu desempenho fosse de bom a excepcional, receberia bonificações como chances de continuar no jogo, novas “vidas” ou ainda novas habilidades. Porém, esse paradigma vem sendo radicalmente modificado nos atuais jogos que se utilizam das compras dentro do aplicativo: movidos pelo objetivo da aferição de receita, desenvolvedores não mostram pudor em criar empecilhos (elevação do nível de dificuldade do jogo) para vender facilidades (habilidades e atalhos para se ultrapassar as barreiras criadas), numa condenável forma de corrupção ética digital.

Tais desenvolvedores visam apenas o lucro e não a diversão e uma boa promoção desse meio dos esportes eletrônicos um modo de corrupção que também afeta o meio eletrônico, e que pode pesar no investimento e em uma forma estrutural e organizacional do ministério do esporte contando juntamente com a lei de incentivo ao esporte.

Depois de todas essas demonstrações de valores que o esporte tem na vida de diferentes pessoas, sejam elas esportistas de alto rendimento ou não, o que se conclui é que o governo brasileiro através do ministério do esporte precisa de uma inclusão maior em sua forma estrutural e organizacional na forma em que investe e cuida dessas pessoas.

. e isso não se torna uma tarefa tão difícil assim de ser executada, a primeira coisa a ser feita é a escolha de pessoas muito bem qualificadas e capacitadas exclusivamente na questão "esporte", pessoas que não desejam apenas fazer projetos e receber recursos federais apenas para benefícios próprios ou de terceiros. O jeitinho brasileiro de muitos não deixa que muitos projetos e boas atitudes fluam no meio esportivo.

Escolher pessoas por indicações políticas no sistema organizacional e estrutural do ministério do esporte também é uma questão que não pode em hipótese alguma de acontecer, afinal, a pessoa que vem por indicação de uma pessoa corrupta acaba uma hora outra utilizando de meios corruptos para favorecer quem a indicou e tudo isso precisa ser freado com boas escolhas em quem irá representar e lutar por um crescimento maior e uma boa representatividade frente aos atletas e ao ministério do esporte.

Não é só escolher boas e qualificadas pessoas para assumirem bons cargos se não houver uma boa transparência em todas ações e projetos em que forem desenvolver dentro do ministério, cada um deve ter consciência de que o futuro de milhares de jovens pode ser mudado através da boa gestão em que estarão fazendo.

. O interesse por parte dos atletas em saber onde o dinheiro está sendo gasto também precisa ser despertado, principalmente atletas que moram longe dos grandes centros urbanos e através de uma boa transparência isso pode levar a mudança de realidade dessas pessoas no ato de poderem exercer seu direito á liberdade de expressão de requerimentos e protestos se perceberem que o dinheiro está sendo mal gasto ou que sequer está chegando onde deveria chegar.

**3. CONTRIBUIÇÃO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**3.1 ARTIGO 217 CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Quando falamos em democracia, falamos também em esporte e o impacto que ele pode causar na vida da sociedade como um todo, e a força que o estado exerce com sua soberania no Brasil causa também certos problemas antigos que encaramos até os dias atuais. A lei de incentivo ao esporte pode servir como um espelho para o estado de como se deve ou não investir a verba pública nos estados e municípios, pode ser um indicador de como diversos crimes contra a administração pública podem ser cometidos por administradores corruptos do esporte.

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe por meio da constituição no seu artigo 217 o direito e o acesso a todos os brasileiros ao esporte, tendo também o esporte como uma base ou até uma solução de problemas sociais diversos, já que o esporte pode ser visto como uma forma de formação pessoal na vida de quem pratica.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.

 O esporte tem evoluído cada vez mais ao longo do tempo e foi disciplinado pelo direito sendo subdividido pela constituição em práticas formais e não formais no artigo 217, sendo formal aquela regulada pelas regras nacionais e internacionais do esporte e administrada por entidades de organização esportivas, e não formal caracterizada por uma liberdade mais ampla de seus praticantes, tida mais como um divertimento do que uma atividade mais regulada como a formal. Porém coube a lei 9.615 de 1998 disciplinar o que é cada uma delas, inspirando-se totalmente no texto constitucional.

O ordenamento jurídico brasileiro tem dado uma autonomia maior para as entidades resolverem seus problemas quanto aos assuntos relacionados internamente a prática de esportes, como cita Álvaro Melo Filho (online, acessado em 01/10/2021).

Com autonomia os entes desportivos estão aptos a buscar fórmulas capazes de resolver seus problemas, enriquecendo a convivência e acrescentando à sociedade desportiva idéias criativas e soluções inovativas mais adequadas às peculiaridades de sua conformação jurídica (organização) e de sua atuação (funcionamento), desde que respeitados os limites da legislação desportivas nacional e resguardados os parâmetros das entidades desportivas internacionais.

Mas o que não pode ser esquecido é que quanto mais autonomia menos ação do estado nessas entidades esportivas, e a distribuição da verba pública por meio da lei de incentivo não deverá ser interrompida, causa que pode levar ao descumprimento de várias regras constitucionais estabelecidas na constituição e suas leis e na lei de incentivo ao esportivo, acarretando um grave problema de corrupção já que o estado mesmo que pouco, perde sua total autonomia na regularização dessas entidades esportivas.

**3.2 ARTIGO 6 CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A constituição inovou por meio de seu artigo 6 instituindo o lazer como um direito social, e quando falamos em lazer automaticamente pensamos na prática de esportes que é estabelecida na constituição em mais de um artigo porque foi entendido que o esporte é um meio de relação pessoal do indivíduo com a sociedade, onde ele pode apresentar seus valores e acrescentar melhoras para que a sociedade brasileira seja melhor a cada ano, o direito estabelecido pode ser um objeto de grande ajuda na formação intelectual da sociedade que tendo essa garantia constitucional a seu favor, pode expressar suas ideias contrárias ou não aos fatores contribuintes na aplicação da norma jurídica, ou seja, o esporte pode desenvolver no indivíduo a formação de uma opinião que vai além do que o esporte pode apresentar.

O esporte e o lazer estão ligados a saúde e ao bem estar social, já que propõe esses dois benefícios, benefícios esses que são previstos na declaração universal dos direitos humanos que em seu artigo XXV dispõe que

1.Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

A declaração universal dos direitos humanos foi um espelho para nossas normas constitucionais segundo Antônio Chimenti (online, acessado em 02/10/2021) inspirando artigos como o 6 da nossa constituição que se trata do lazer e do bem estar que fazem parte da imensa quantidade de benefícios que a prática de esporte trás, e os incentivos do estado com a verba pública desempenha um papel de grande importância no cumprimento dessas normas constitucionais.

O esporte como um todo, também pode ser ligado a ideia de justiça social, por ser um direito básico como saúde, educação, trabalho como cita José Afonso da Silva (online, acessado em 01/10/2021).

A constituição declara que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Aí estão explicitados os valores da ordem social. Ter como base o primado do trabalho significa pôr o trabalho acima de qualquer outro fator econômico, por entender que nele o homem se realiza com dignidade. Ter como objetivo o bem estar e a justiça sociais quer dizer que as relações econômicas e sociais do país, para gerarem o bem estar, hão de propiciar trabalho e condições de vida, material, espiritual e intelectual, adequada ao trabalhador e a sua família, e que a riqueza produzida no país, para gerar a justiça social, há equanimente distribuída. Nesse particular, a ordem social harmoniza-se com a ordem econômica.

A sua importância pode ser tão grande que se encaixa no direito ao lazer e também ao trabalho, já que muitos atletas tem como trabalho e renda no Brasil a prática de esportes. Todo esse mecanismo é importante no controle da desigualdade social, já que a justiça social, é uma forma de regular esse problema recorrente do nosso país. Uma sociedade igualitária pode ser formada através do esporte através da sua inclusão, e de suas possibilidades que abrangem como um todo, toda a sociedade brasileira de diferentes etnias e classes sociais.

Sendo entendida toda a importância que o lazer desempenha através do esporte nas ações humanas, o artigo 6 da constituição acaba reforçando a necessidade do uso responsável dos recursos das leis de incentivo, pois necessariamente para que grande parte dessa formação humana seja realizada, o uso de dinheiro será inevitável seja para a compra de materiais esportivos ou para o que quer que seja para a utilização da prática esportiva.

Tendo o lazer como um direito básico constitucional, a dificuldade de conseguir esses recursos diminui, não sendo um recurso totalmente dificultado pela grande burocracia que o Brasil impõe diante da sua verba pública. Entende-se que um cuidado maior com o dinheiro público é importante para a saúde financeira e para o combate da corrupção, mas impor tamanha dificuldade na capitação desses recursos acaba por causar desistência de quem necessita do direito básico do lazer para sua formação pessoal ou até mesmo para apenas ter uma qualidade de vida melhor, o que também é assegurado ao estado prover isso a todos os brasileiros.

Com toda liberdade dada as entidades que regulam o direito desportivo pela constituição o judiciário brasileiro limitou-se de suas ações no meio desportivo, mas não afastou sua presença baseada no princípio da inafastabilidade da jurisdição quando ocorrer lesão ou ameaça ao direito, bem como acontece nos casos de crimes nas ações que envolvam as leis de incentivo, o judiciário poderá interferir quando houver crimes que comprometam os direitos constitucionais, garantindo que não sejam desobedecidas todas as normas, o devido processo legal, a ampla defesa, a razoabilidade e a proporcionalidade.

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) é o órgão com poder máximo para julgar ações que ferem os direitos desportivos, podendo o poder judiciário interferir só após a lide ter passado por todas as instâncias desportivas. Com a demora da ação do judiciário nas questões que envolvam ações que ferem o direito desportivo, terceiros que desejam usar meios ilegais para benefício próprio podem se beneficiar dessa demora e acabar encontrando mecanismos para que não sejam devidamente julgados, como é o caso da verba pública das leis de incentivo de dependem de uma grande e demorada investigação, e com a demora da investigação para descobrir fraudes e desvios junto com a demora nos julgamentos em todas as instâncias desportivas, o devido processo legal pode não ser devidamente concretizado julgando culpados os grandes aproveitadores do dinheiro público.

**3.3 PRINCÍPIOS DESPORTIVOS**

Em todas as normas jurídicas, existem princípios que são a base e que trazem as ideias de uma norma constitucional, principalmente das normas do nosso ordenamento jurídico, e a lei Pelé trás em artigo 2 parágrafo único, princípios que regem o direito desportivo, e que criam uma vinculação com as leis de incentivo pois descrevem os dirigentes desportivos e suas gestões juntamente com a transparência e a moralidade financeira que uma gestão deve ter.

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

I - da transparência financeira e administrativa;

II - da moralidade na gestão desportiva;

III - da responsabilidade social de seus dirigentes;

IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e

V - da participação na organização desportiva do País.

As leis de incentivo, são leis que ajudam não só atletas na sua formação pessoal ou pessoas que desejam apenas manter uma boa qualidade de vida, essas leis de incentivo exercem um papel muito importante na ajuda do cumprimento das normas e dos princípios constitucionais, como cita Alexandre de Moraes (online, acessado em 02/10/2021).

Os direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático.

A transparência financeira e administrativa é o primeiro passo para uma gestão de sucesso, pois acabando com qualquer dúvida ou receio por parte dos seus subordinados em relação a sua boa intenção para com a entidade em que estiver dirigindo, faz com que o dirigente tenha uma liberdade maior em suas ações, seja no uso do dinheiro que a entidade possa receber do estado, ou nas escolhas internas de cada entidade, um bom gestor sendo respeitado por todos possibilita até diminuição burocrática imposta a quem trabalha ou deseja trabalhar com a verba pública.

Tanto nos cargos de maior ou menor importância seja nas entidades esportivas ou em todas em que a administração pública faz parte, a escolha de pessoas para ocupar os cargos de maior importância deveriam cumprir o mesmo rigor de moralidade que cargos como ministros exigem.

Pessoas com uma reputação ilibada, bem qualificada e sem passados criminosos deveriam ser as melhores escolhas para esses cargos, visando uma contribuição maior com a experiência que já se tem adquirida e um crescimento na entidade em que for o administrador. Um dos grandes problemas da administração pública brasileira é que a escolha para esses grandes cargos nem de perto é a mais adequada, não cumprem o verdadeiro rigor que esses cargos merecem e o resultado é um verdadeiro show de cargos ocupados por favores políticos e crimes de nepotismo.

O olhar social também faz parte de um dos princípios desportivos que são fundamentados em lei através da lei Pelé, a busca por um esporte cada vez mais igualitário significa uma demonstração de força do estado através de suas leis, se tornando até de alguma forma um princípio constitucional já que é de responsabilidade do estado oferecer maiores possibilidades a toda a sociedade. E são nessas ações sociais que os recursos da lei de incentivo ao esporte mostra sua grande importância, pois, para a realização desses projetos as entidades desportivas necessitam de recursos do estado, e o estado com uma boa administração da verba pública, pode oferecer todo o auxílio para que todos os projetos sociais sejam feitos.

De todos os princípios mencionados, talvez o mais delicado seja o de tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional. Infelizmente tem se uma ideia e uma desvalorização do esporte amador, simplesmente pelo fato de ser amador e não apresentar maiores resultados para o país. Toda essa visão precipitada pode levar a falta de aposta do estado na descoberta de futuros jovens atletas, e um grande problema para o futuro esportivo do Brasil, e ocasionar também um congelamento na distribuição dos recursos federais e uma maior burocracia para conseguir tais recursos.

Com o congelamento desses recursos o perigo de acontecer fraudes e crimes de corrupção aumenta, pois, o dinheiro parado pode significar um dinheiro mais difícil de conseguir e menos fiscalizado, situação em que se os gestores que tomam conta da aplicação desses recursos, não sendo pessoas de uma boa moralidade, podem usar esse dinheiro para benefício próprio.

Todo atleta antes de ser profissional, ele foi um atleta amador, nenhum deles nasceram competindo em alto nível, por isso, a valorização aos atletas amadores é tão importante, tudo deve ser encarado como um processo, e claro, a ajuda do estado dando todo o auxílio será o maior diferencial para que o profissionalismo chegue.

O desporto Brasileiro tem sido manchado nos últimos anos pelos grandes escândalos de corrupção envolvendo as grandes competições que o Brasil sediou em 2014 com a copa do mundo e em 2016 com as olimpíadas. Mas mesmo com tudo isso o desporto brasileiro não deve ser desacreditado por causa das ações de dirigentes corruptos. Se trata de um princípio fazer com que as gestões do desporto profissional participem ativamente da organização e promoção do desporto, já que os escândalos passam, mas a responsabilidade de administrar o desporto nacional continua. Situações como essas devem servir como exemplo para que novos erros não sejam cometidos novamente.

**3.4 DOUTRINA**

Quanto mais leis existem, mais doutrinas haverá, e a doutrina também faz parte da organização jurídica criada em meio as leis que regulam o desporto brasileiro. A doutrina descreve um papel muito importante no entendimento e inovações do desporto brasileiro com suas teorias e ideias que ajudam em uma melhor compreensão e em uma construção crítica do meio desportivo. Expõe Oliveira Viana (online, acessado em 02/10/2021) seu pensamento doutrinário de que

O direito desportivo organizou instituições suas peculiares, que velam pela regularidade e exação dos seus preceitos e dispõe de uma constituição própria – clubes, ligas, federações e confederações – cada qual com administração regular, de tipo eletivo e democrático, além de um código penal seu, com a sua justiça vigilante e os seus recursos, agravos e apelações, obedecidos uns e outros, na sua atividade legislativa ou repressiva, como se tivessem ao seu lado o poder do Estado (...) Quanto mais profundo e mais extenso o movimento do desporto, mais vivo o direito desportivo (SENGER, 2006, APUD VIANA. P. 13)

O entendimento crítico doutrinário pode levar a uma série de atos que podem causar uma revolução na maneira em que o desporto e compreendido no Brasil. A influência que um autor pode causar positivamente ou negativamente na sociedade por meios doutrinários causa uma mudança ideológica significativa em pessoas que tem um senso ideológico mais ativo, e na época em que vivemos não é difícil encontrarmos pessoas assim.

O que infelizmente sentimos é a falta de um pensamento doutrinário ligado totalmente aos crimes que são cometidos diretamente aos recursos que são direcionados pelo ministério do esporte as entidades desportivas e as organizações dos eventos esportivos brasileiros. O que se tem é uma série de denúncias que só tem um foco maior no momento em que os crimes são cometidos, não se tem um olhar crítico após todos os acontecimentos, que na maioria das vezes caem no esquecimento e o aprendizado para que ocorra uma melhora é muito pouco.

**3.5 Contribuição da lei de incentivo ao esporte na inclusão social.**

**3.5.1 De Pessoas com deficiência**

Os resultados dos jogos paralímpicos deste ano só comprovaram o quão importante é a aposta e o investimento dos recursos feitos através da lei de incentivo ao esporte na prática esportiva de pessoas com deficiência. A mudança que o esporte pode fazer na vida dessas pessoas é algo incrível, como se fosse a devolução de sua autoestima em meio a tantas dificuldades e impedimentos que sua deficiência pode trazer.

Apesar de possuir leis que tratam especialmente da inclusão social de pessoas com deficiência, a efetividade dessas leis ainda não são tão valorizadas no Brasil, por isso a lei de incentivo ao esporte que é uma lei que beneficia não só o estado mas também grandes empresários tem uma grande importância, fato que é expressado por Eliane Miada (online, acessado em 02/10/2021) , fundadora da ADD ( Associação Desportiva para deficientes) de São Paulo.

Embora exista essa Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, o que garante a sobrevivência do esporte são os apoios não governamentais e instituições sem fins lucrativos, que se tornam na maioria das vezes as únicas fontes de captar recursos. “A única coisa que entendo que seria mais próximo de recurso público é a via lei do incentivo ao esporte, onde também as empresas abrem mão do imposto de renda para uma parte dele aplicar em projetos sociais.” explica Eliane Miada, informando que instituições como a ADD não utilizam recursos públicos, somente incentivos da iniciativa privada.

A mudança de pensamento que o investimento no esporte pode trazer seja na inclusão social de pessoas com deficiência, de detentos e ex detentos, pessoas de classes sociais baixas e todos aqueles que veem na sociedade um impedimento para ter uma boa qualidade de vida, significa também uma mudança de perspectiva de vida em um Brasil tão desigual, de um país de pessoas que julgam muito o passado de uma pessoa e maneira com que ela vive.

Desde a fundação do comitê paralímpico brasileiro em 1995, o Brasil tem marcando presença no top 10 dos países que mais conquistam medalhas no mundo todo. Isso é fruto de um trabalho árduo desenvolvido por instituições que acreditam no desempenho e força de pessoas com deficiência, transformando o Brasil em uma das potencias paralímpicas mundiais.

Não é exagero falar que nessas instituições existem pessoas com um pensamento mais evoluído que a maioria dos brasileiros, pois apesar das dificuldades que são impostas as pessoas deficientes, elas ajudam para que essas pessoas possam dá a volta por cima e conquistar uma liberdade maior no seu dia a dia.

Na maioria das vezes essas pessoas que ajudam tanto na mudança de vida de pessoas com deficiência através do esporte, não contam com uma boa qualificação profissional, o olhar solidário que alguns brasileiros ainda tem para ajudar o próximo que precisa ainda mais de ajuda, possibilita um trabalho que vem colhendo bons frutos a cada ano no Brasil.

Por mais que existem pessoas dispostas a ajudar mesmo sem qualificação profissional, tudo isso mostra um problema que o Brasil enfrenta até os dias de hoje, que é a falta de profissionais qualificados para trabalhar especialmente com pessoas deficientes. Os profissionais sendo médicos, fisioterapeutas dentre outros, saem das universidades sem um contato maior e significativo com pessoas com deficiência e isso pode atrapalhar muito no encontro de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Muitas faculdades recebem apoio governamental, e existem diversas universidades públicas espalhadas por todo o território brasileiro. Se Todas essas universidades tivessem em suas cargas horárias de aulas o assunto voltado a qualificação no trabalho para pessoas com deficiência a busca por profissionais não seria difícil. Falta mais ações do poder público, mas também faltam ações das universidades em ter uma atenção maior voltada a melhora da qualidade de vida e qualificação de profissionais para trabalhar com pessoas deficientes. Essa é uma barreira que ultrapassa o esporte, balança também um problema que chega até a educação brasileira.

Investir na qualificação profissional para o trabalho com deficientes e sua inclusão no esporte, é uma ótima maneira de se investir os recursos da lei de incentivo ao esporte, pois muitas universidades recebem incentivos fiscais do governo e a busca de profissionais qualificados para o trabalho com pessoas deficientes podem levar um acréscimo de investimento por parte da união fazendo com que possa ser suprida essa demanda por parte da inclusão de matérias das universidades, buscando um conhecimento maior no trabalho com deficientes, uma estratégia que pode beneficiar ambos.

Vivemos uma pandemia onde tivemos milhares de mortes no nosso país, e além dessa tragédia que foi perder milhares de pessoas, temos um problema que vem muito sendo falado nos dias atuais e merece uma total atenção da nossa parte e que pode levar pessoas ao suicídio que é a depressão. Cuidar da nossa saúde mental é totalmente importante pois o físico e o mental precisam estar totalmente bem para que possamos ter uma boa qualidade de vida.

A pandemia pode ter deixado muitas pessoas com a saúde mental totalmente abalada, a questão de ter que ficar em casa por muito tempo com medo da disseminação do vírus, pode ter sido ainda pior para pessoas com deficiências. Uma melhor capacidade de locomoção é um atributo para que essas pessoas possam ter uma vida cada vez melhor e normal e a falta de se locomover tendo que ficar em casa por meses dificultou muito o progresso de muitas pessoas com deficiência. Por isso, o esporte após tudo isso passar tem um papel muito importante no cuidado e recuperação da saúde mental dessas pessoas.

O ramo da psicologia esportiva tem crescido nos últimos anos, pois vemos todos os anos atletas que não dão conta de lhe dar com a pressão de ser um atleta profissional. Profissionais do ramo da psicologia especializados no tratamento mental de pessoas com deficiência também apresentam uma falta no mercado de trabalho, situação que não pode esperar muito para ser mudada, como falado anteriormente, o investimento nessa área em específico também precisa de uma maior valorização antes que tragédias ocasionadas pela falta e uma boa saúde mental nos atletas possam acontecer.

Apesar de tantas dificuldades passadas, atletas paralímpicos vivem uma realidade que necessita quase integralmente de ajuda financeira para que essa realidade seja superada, que é a dificuldade na compra de aparelhos adaptados exclusivamente para a prática de esportes de pessoas com deficiência. Aparelhos como esses precisam de uma boa qualidade, qualidade que muitas vezes precisam ser importadas de outros países, e que podem demorar muito e prejudicar esses atletas se não forem comprados corretamente e em tempo hábil para as principais competições que os atletas forem usar.

Em umas dessas inúmeras situações que a lei de incentivo pode significar um meio de salvação para esses problemas, já que oferece a verba necessária para a compra desses aparelhos adaptados por meio do estado, que assegura a qualidade dos aparelhos e escolhes uma melhor destinação para todos. Sendo compra envolvendo o estado e sendo por meios licitatórios, a atenção do poder público e das autoridades deve ser maior para que não ocorra fraudes e desvios de dinheiro em todo o processo licitatório.

O processo licitatório brasileiro não tem a confiança necessária e fiscalização para que tudo ocorra como o planejado e dentro da lei, e o passado desportivo do nosso país também não ajuda na superação de todos os problemas que a corrupção pode trazer, por isso sendo feito um bom trabalho para o benefício não de terceiros mas desses atletas, os resultados podem melhorar ainda mais já que o Brasil já é uma grande potência paralímpica e o que não falta são grandes atletas que dependem apenas de uma oportunidade para representar o país, oportunidade que pode passar pela ajuda de leis como a lei de incentivo ao esporte.

**3.5.2 DE EX-PRESIDIÁRIOS**

Quando falamos em inclusão social podemos imaginar um universo de possibilidades que essas duas palavras podem trazer, a inclusão social não abrange apenas um público específico e é isso que faz desse tipo de ação tão forte e enriquecedora. Talvez o público mais delicado atualmente para contar com a inclusão que o esporte seja os de ex detentos, já que necessitam de um processo de reinclusão e enfrentam também o julgamento e a desconfiança da maior parte da população.

O esporte tem o poder de mudar a vida de uma pessoa, e ele não escolhe o tipo de pessoa e nem seu passado para que possa apresentar sua mudança, e contando que essa pessoa realmente pretende ter uma mudança significativa na sua vida, o estado pode ter o esporte como um meio mais humano de ressocialização dessas pessoas. Segundo a Psicóloga Amábile Cristina de Oliveira Meira (online, acessado em 02/10/2021)

Se a sociedade espera que o sentenciado não cometa outro crime, não há outro caminho que não seja a reinserção. Para ela, a ressocialização engloba uma série de necessidades, entre elas, a oportunidade de emprego e a preparação do ex-sentenciado para o mercado de trabalho. “Fica muito difícil colocar uma pessoa numa vaga, se ele não tiver preparo para isso, se ele não passar por um período de valorização das próprias competências”.

 São muitos os casos de jovens que se perdem na vida do crime por não terem uma boa perspectiva de melhora em suas vidas e nas vidas de suas famílias, e o estado melhorando suas ações principalmente em comunidades, a diminuição da criminalidade pode representar uma queda significativa.

Em meio a tantas penitenciárias que existem no Brasil, e as milhares de pessoas que estão presas, certamente dentre essas existem pessoas que em questão de dias ou meses irão ter seu tempo de reclusão finalizado e voltarão novamente para as ruas, e é justamente aí que se deve começar a ação do estado para que essas pessoas não voltem novamente a cometer crimes. Programas esportivos exclusivos para essas pessoas precisam ter uma valorização maior por conta do estado, pois levando em consideração que o indivíduo é ex presidiário, a chance de voltar ao mercado de trabalho com um emprego digno é bastante complicada.

Todo detento gera um custo para o estado, e irá gerar muito mais se voltar para as ruas e continuar cometendo crimes, a ideia de ressocialização que já existem em algumas penitenciárias, mas que precisam ser aprimoradas precisam começar já de dentro desses lugares, para que aqui fora leis como a de incentivo ao esportivo possa ajudar, sendo um custo para ações que vão beneficiar o ex detento e a população que contará com menos um criminoso nas ruas.

A aposta em trabalhos de ressocialização, podem render bons frutos para o Brasil, já que pode revelar em meio a tantas pessoas, grandes atletas que podem representar o país em competições internacionais, além de ver uma diminuição expressiva nos índices de criminalidade.

**3.5.3 DE REFUGIADOS**

Desde os tempos mais antigos até os dias atuais, o ser humano sai de sua terra natal por vários motivos, e o que mais vemos no Brasil nos dias atuais são refugiados que vem de países onde ocorrem guerras civis que ocasionam fome e desordem na população. Imigrantes principalmente de Venezuela e Haiti procuram o Brasil na busca de uma qualidade de vida maior e encontram bastante dificuldade em obter êxito no que buscam, por isso, a inclusão social dessas pessoas refugiadas também significa a salvação da vida de milhares de pessoas.

Com toda essa situação complicada, o estado precisa tomar as melhores providências cada vez mais rápidas e humanas. Sobre essas providências, o estado pode ter o esporte como a solução de melhora na qualidade de vida dessas pessoas em todos os sentidos. Com a lei de incentivo ao esporte e a inclusão social de entidades que são apoiadas com esse tão importante recurso, o Brasil pode virar modelo mundial positivo de apoio a essas pessoas como já é feito na europa como cita o escritor Luiz Gonzaga Godoi Trigo (online, acessado em 03/10/2021).

Na questão dos refugiados que chegam a Europa e no desafio de resolver a grave crise migratória, a modalidade mostrou-se capaz de gerar ações positivas, de empatia e humanidade, mobilizando os envolvidos com sua prática (torcedores, clubes, atletas e federações) e chamando atenção mundial para este grave problema”.

O tratamento a essas pessoas também é muito delicado, pois tem todo um impedimento que precisa ser derrubado logo nos primeiros passos da inclusão que é idioma e as questões psicológicas dos traumas que tiveram que passar em seus países. O gasto com todo esse trabalho pode ser grande no início, mas que pode ser compensado no futuro quando a dignidade dessas pessoas for devolvida, beneficiando a economia e a diversidade cultural brasileira.

Dentre todos esses refugiados, pode ocorrer de ter atletas que não tinham mais boas oportunidades em seus países e que decidiram migrar para o Brasil. Essas pessoas podem trazer um conhecimento enriquecedor que muitas cidades dos interiores brasileiros precisam, e ocorrendo uma troca de ideias e conhecimento, essa troca pode trazer muitos benefícios na melhora esportiva de atletas de cidades que ficam longe dos grandes centros urbanos, além de contar com o aprendizado do idioma falado por essas pessoas. Todas essas ações mostram que a ajuda humanitária e a inclusão social dessas pessoas e a aposta e o investimento de recursos pode ultrapassar benefícios positivos que ultrapassam o esporte e chegam até a educação.

**3.5.4 DA COMUNIDADE LGBTQIA+**

Mesmo que a aceitação a esse determinado grupo tem sido maior nos dias atuais, o esporte ainda é um meio onde tem uma parcela de pessoas preconceituosas, e tudo isso ocasiona uma dificuldade de aceitação e inclusão dessas pessoas nas práticas esportivas. O esporte sempre foi um meio machista onde o controle sempre foi quase totalmente masculino, o que vem sendo mudado nos dias atuais, e a visão e a predominância masculina fez com que o esporte só poderia ser praticado por homens fortes sem levar em consideração o medo que atitudes como estas poderiam causar em atletas lgbtqia+.

O atleta primeiramente deve preocupar com seu rendimento e não com a sua orientação sexual, e os familiares desses atletas devem dar todo o apoio emocional que essa atleta precisa, escolhendo lugares onde prevalece o respeito as opções sexuais, juntamente com sua equipe oferecendo uma troca positiva de experiências e amizades como expõe a psicóloga Moira Escorse (online, acessado em 03/10/2021)

O esporte pode servir como ferramenta de inclusão social para esses grupos. “Pode ser um modo de viabilizar um encontro entre essas pessoas, proporcionando lazer e bem-estar, mas também um grupo de apoio entre pares”, afirma Moira. “Nisso, o esporte pode ser um catalisador de possibilidades de existir, dando um lugar de pertencimento e de apoio entre os jogadores.

Esses dois meios sociais devem ser a porta de entrada para que esse atleta possa se sentir bem e respeitado, construindo juntamente com a entidade ou organização em que esse determinado atleta estiver fazendo parte, um ambiente saudável com pessoas com ideias positivas sobre o assunto agindo com dureza e punindo qualquer ato homofóbico que venha a ser praticado contra esse atleta.

O apoio midiático a essa causa tem ganhado um bom destaque nos últimos tempos mostrando a luta para a inclusão dessas pessoas no esporte, mas não adianta todo o apelo na mídia se o estado não agir. A lei de incentivo ao esportivo pode ser utilizada como uma solução para a criação de programas esportivos que beneficiem a ajuda na inclusão dessas pessoas no meio esportivo, usando métodos importantes como a psicologia para ajudar quem se considera lgbtqia+ a se aceitar e encontrar um esporte que queira praticar e que possa se beneficiar com todos os benefícios que o esporte traz para o corpo.

Investindo corretamente esses recursos no que realmente importa que é a inclusão, a mudança pode ocasionar uma mudança positiva na visão preconceituosa de alguns esportistas, porque oferecendo uma convivência maior e mostrando todas as dificuldades que todas essas pessoas ainda passam nos dias atuais, tudo isso pode ocasionar em um processo informativo maior, levando uma mudança de percepção maior e aceitação agora por parte de quem tem o preconceito como arma para discriminar essas pessoas.

**CONCLUSÃO**

O objetivo geral desse trabalho foi demonstrar a importância que uma lei como a lei de incentivo ao esporte tem para o futuro econômico e social do nosso país, a ajuda que a iniciativa privada pode oferecer aos grandes setores públicos e como a corrupção pode impactar sua eficácia em todo o território nacional, seja nos grandes centros urbanos ou nos mais distantes interiores brasileiros, questionando as escolhas que são feitas nas entidades que representam o desporto brasileiro e mostrando seu trabalhos e desafios para um bom futuro do esporte no Brasil.

Destacando a negativa contribuição para o desencadeamento da corrupção, mostrou se as grandes dificuldades burocráticas que os agentes públicos, como políticos e gestores impõe para a boa distribuição da verba da lei de incentivo, destacando a questão de que muitos desses cargos são ocupados por pessoas desqualificadas tendo com objetivo favorecer a si mesmos ou a terceiros, prejudicando atletas que dependem do esporte para ter um futuro melhor com o corte das bolsas oferecidas pelo estado.

Foi feita uma análise sobre a centralização da verba nos grandes centros urbanos e as consequências que isso pode causar como a ida em massa dos atletas para as grandes cidades e a dificuldade de adaptação que esses atletas podem ter com a vida corrida dos grandes centros, e a facilidade da prática da corrupção nos interiores brasileiros já que a fiscalização não tem a mesma força que tem nas capitais.

Tivemos uma grande questão levantada que hoje é motivo de grande orgulho para o desporto brasileiro, mas que também sofre com a burocracia e a corrupção, que é a distribuição da verba para atletas paralímpicos, que usam o esporte como meio de superação a todas as adversidades que a deficiência pode causar e que dependem de aparelhos totalmente adaptados para a pratica de seu determinado esporte.

Relembramos a importância que a lei da transparência tem na sua aplicação no desporto brasileiro, mostrando o cuidado que cada gestão no meio desportivo deve ter para alcançar bons resultados, tendo transparência em todas as suas ações dentro de cada entidade esportiva, para que a corrupção não possa chegar para arruinar o trabalho que estará sendo feito.

Apresentamos a organização e estrutura do ministério do esporte com todas as suas secretarias, coordenações e departamentos e sua incorporação ao ministério da cidadania, que mesmo com toda a organização e investimento por meio de leis de incentivo, ainda é nítido que o esporte brasileiro tem muito a crescer, começando pela valorização do esporte como forte instrumento para o futuro Brasil e o combate a corrupção que sonda o meio desportivo.

O esporte é um dos principais meios sociais para inclusão, e nesse trabalho foi demonstrado a importância que a prática esportiva pode ter na qualidade de vida do ser humano, e o investimento na qualidade de vida da população principalmente idosa pode significar um grande avanço no combate de doenças que aparecem especialmente na velhice, além do investimento em outras modalidades esportivas que tem crescido cada vez mais nos últimos anos que são os jogadores de jogos eletrônicos e um maior reconhecimento que o estado deve ter com esses esportistas.

A lei de incentivo tem uma grande contribuição para o ordenamento jurídico brasileiro e nesse trabalho foi demonstrado os deveres do estado em fomentar a pratica esportiva como direito de cada um seguindo as atribuições de artigos da própria constituição federal, e em seguida fazendo um estudo em relação aos princípios desportivos que são referências que todo esportista seja ele atleta ou gestor deve seguir para ter uma prática saudável e responsável.

Como brevemente falado anteriormente, o esporte é um meio muito importante para a inclusão, oferecendo uma chance de melhora na qualidade de vida e autoestima da pessoa com deficiência que não seja um atleta paralímpico, uma segunda chance para ex-presidiários como forma de ressocialização, uma ajuda humanitária para ajudar refugiados como foi feito na França e hoje o país tem colhido bons frutos no meio esportivo, e por último uma forma de causar uma maior aceitação e respeito a comunidade lgbtqia+.

Diante de todo o demonstrado, conclui-se que a lei de incentivo ao esporte tem uma extrema importância no futuro desportivo brasileiro se a verba for bem investida. Contando com a transparência dos gestores das grandes entidades que forem contar com essa ajuda oferecida pelo governo, e a luta destes para que não sejam desencadeados meios burocráticos e consequentemente corruptos, o futuro do desporto pode ser brilhante em futuro muito próximo no Brasil.

**REFERÊNCIAS**

**-** Cunâ, Luiz. (O importante impacto econômico e social dos esportes)

<https://www.tudorondonia.com/noticias/o-importante-impacto-economico-e-social-dos-esportes>,

(Online, acessado 01/04/2021)

-Coelho, André M. (Conheça os benefícios e importância do esporte para o corpo!).

<https://www.saudemelhor.com/conheca-beneficios-importancia-esporte-corpo/#bio>

(Online, acessado 01/04/2021)

**-** Nogueira, Humberto Siqueira. (A prática de esportes por pessoas com deficiência) <https://expressolivre.com.br/a-pratica-de-esportes-por-pessoas-com-deficiencia-240405/>

(Online, acessado 01/04021)

- Marinho, Fernando Verçosa. (A prática de esportes pode ajudar a reduzir os níveis de ansiedade leve?)

[https://cuidadospelavida.com.br/saude-e-tratamento/ansiedade/pratica-esportes-ansiedade#](https://cuidadospelavida.com.br/saude-e-tratamento/ansiedade/pratica-esportes-ansiedade):

(Online, acessado 01/04/2021)

-Cláudio Colnago (Novos jogos eletrônicos e corrupção ética digital)

<https://www.folhavitoria.com.br/geral/blogs/livrepensar/2015/04/novos-jogos-eletronicos-e-corrupcao-etica-digital/>

(Online, acessado 06/09/2021)

- José Ricardo Rezende (Visão geral da Lei de Incentivo ao Esporte)

<http://www.incentiveprojetos.com.br/noticias/?url=visao-geral-da-lei-de-incentivo-ao-esporte>

(online, acessado em 01/06/2021)

-Larri Passos (Cansado da burocracia no esporte, Larri Passos fala em deixar o Brasil)

<http://ge.globo.com/sc/noticia/2013/03/cansado-da-burocracia-no-esporte-larri-passos-fala-em-deixar-o-brasil.html>

(online,acessado em 01/06/2021)

-Jornal O globo (Copa do Mundo da corrupção 'saqueou' as arenas do Mundial de 2014 no Brasil)

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/epoca-negocios-copa-do-mundo-da-corrupcao-saqueou-as-arenas-do-mundial-de-2014-no-brasil.html>

(online, acessado em 02/06/2021)

-Globo esporte.com (Incentivo na base garante sucesso dos atletas americanos na Olimpíada)

<http://ge.globo.com/eu-atleta/saude/noticia/2016/08/incentivo-na-base-garante-sucesso-dos-atletas-dos-eua-na-olimpiada.html>

(online, acessado em 02/06/2021)

- Jornalismojunior.com.br (O mal do século XXI: a depressão no mundo do esporte)

<http://jornalismojunior.com.br/o-mal-do-seculo-xxi-a-depressao-no-mundo-do-esporte/>

(online,acessado em 03/06/2021)

-Revista veja (Sonho de muitos, chance para muito poucos)

<https://veja.abril.com.br/esporte/sonho-de-muitos-chance-para-muito-poucos/>

(online, acessado em 03/06/2021)

-Jusbrasil.com (A criminalidade e a desigualdade social)

<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/328605993/a-criminalidade-e-a-desigualdade-social>

(online,acessado em 04/06/2021)

-Espn.com.br (Superfaturamento e fraudes: natação brasileira é investigada)

<http://www.espn.com.br/noticia/632209_superfaturamento-e-fraudes-natacao-brasileira-e-investigada>

(online,acessado em 02/09/2021

-Ricardo Fonseca (Burocracia pode acabar com Japeri, projeto social que trouxe os Jogos Olímpicos para o Brasil)

<http://www.golfe.esp.br/burocracia-pode-acabar-com-japeri-projeto-social-que-trouxe-os-jogos-olimpicos-para-o-brasil/>

(online, acessado em 02/09/2021)

-Lucio de castro (Os negócios ocultos da Confederação Brasileira de Ginástica)

<https://agenciasportlight.com.br/index.php/2021/08/20/os-negocios-ocultos-da-confederacao-brasileira-de-ginastica/>

(online, acessado em 03/09/2021)

-Jamil Chade (Quando a corrupção mancha o esporte)

<http://edicaodobrasil.com.br/2018/06/29/quando-corrupcao-mancha-o-esporte/>

(online, acessado em 04/09/2021)

-Oscar Schimidt ( FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE BRASILEIRO)

<https://irp8.org.br/revistarepublica/entrevista-oscarschmidt/>

(Online, acessado em 04/09/2021)

­-Aldo Rebelo (Fim do Ministério do Esporte: o Brasil valoriza seus atletas?)

<http://jornalismojunior.com.br/fim-do-ministerio-do-esporte-o-brasil-valoriza-seus-atletas/>

(online, acessado em 04/09/2021)

-Fundesporte.com (In-Forma-AÇÃO: A velhice e o esporte – Reflexos de um tempo ao longo da vida)

<https://www.fundesporte.ms.gov.br/in-forma-acao-a-velhice-e-o-esporte-reflexos-de-um-tempo-ao-longo-da-vida/>

(online,acessado em 05/09/2021)

-Álvaro Melo Filho (O desporto e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Contribuição ao estudo do direito desportivo)

<https://jus.com.br/artigos/17563/o-desporto-e-a-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-de-1988-contribuicao-ao-estudo-do-direito-desportivo>

(online, acessado em 01/10/2021)

-Eliane Miada (Um panorama sobre a inclusão de pessoas deficientes no esporte)

<https://coexistir.com.br/inclusao-de-pessoas-deficientes-no-esporte/>

(online, acessado em 02/10/2021)

-Amábile Cristina de Oliveira Meira ('Prisão só me trouxe revolta', afirma ex-detento criador de ONG para inclusão social)

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2018/11/17/prisao-so-me-trouxe-revolta-afirma-ex-detento-criador-de-ong-para-inclusao-social.ghtml>

(online, acessado em 02/10/2021)

-Luiz Gonzaga Godoi Trigo (ENTRE O DIREITO AO ESPORTE E A INCLUSÃO SOCIAL:)

<https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Dr.-Pedro-Greco-Entre-a-Inclusa%CC%83o-Social-e-o-Direito-ao-Esporte-Devemos-Encontrar-os-Refugiados.pdf>

(online, acessado em 03/10/2021)

-Moira Escorse (LGBTs enfrentam tabus e abrem espaço no esporte)

<https://observatorioracialfutebol.com.br/lgbts-enfrentam-tabus-e-abrem-espaco-no-esporte/>

(online, acessado em 03/10/2021).